

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

Reforma dos Administradores das Sociedades Anónimas

António Saraiva Santos e Silva

Mestrado em Direito Empresarial

Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre sob a orientação de:

Professor Doutor Paulo Olavo Cunha

Junho 2020

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

Reforma dos Administradores das Sociedades Anónimas

António Saraiva Santos e Silva

Mestrado em Direito Empresarial

Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre sob a orientação de:

Professor Doutor Paulo Olavo Cunha

Junho 2020

Siglas e abreviaturas

AA.VV.	<i>autori vari</i> , Autores vários
AG	assembleia geral
AktG	<i>Aktiengesetz</i>
al.	alínea
art.	artigo(s)
CC	Código Civil
cfr.	confronte (-se), confrontar
CGS	conselho geral e de supervisão
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DL	decreto-lei
ed.	edição
IDET	Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho
n.º	número
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<i>op. cit.</i>	obra citada
p.	página
pp.	páginas

Proc.	processo
séc.	século
ss.	seguintes
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
t.	tomo
TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRG	Tribunal da Relação de Guimarães
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto
Vd.	<i>Vide</i>
Vol.	Volume

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Paulo Olavo Cunha, por ter aceitado o convite para orientar a elaboração da presente dissertação e pela constante disponibilidade e interesse que sempre demonstrou no decurso de todo este processo.

À minha mãe e ao meu pai, pelo apoio incondicional e por todas as oportunidades que ao longo dos anos me têm proporcionado.

*“Bem feito
é melhor do que
bem dito”*

Benjamin Franklin

Resumo

A pensão de reforma a cargo de uma sociedade anónima e a favor dos seus administradores aposentados continua a revelar-se um tema de governação societária altamente controvertido e alvo de constante dissenso no seio da Doutrina e jurisprudência. Propomo-nos, então, analisar estas matérias e as questões jurídicas que as acompanham, nomeadamente procurando clarificar capazmente os conceitos empregues no art. 402.º do Código das Sociedades Comerciais.

Palavras-chave: reforma; administrador; sociedade anónima; pensão; complemento; capacidade; liberalidade; contraprestação; remuneração; estatutos; regulamento.

Abstract

The retirement pension to be paid by a public limited company (*sociedade anónima*) in favour of its retired directors continues to prove itself a highly controversial corporate governance topic and the object of constant dissent in the opinion of jurists and in judicial decisions. We therefore intend to analyse these matters and the legal issues that accompany them, namely seeking to aptly clarify the concepts used in Article 402 of the Commercial Companies Code.

Keywords: retirement; director; public limited company; pension; complement; capacity; liberality; consideration; remuneration; articles of association; bylaws.

Índice

Introdução	10
I. História.....	13
II. Natureza da reforma. Capacidade das sociedades	16
II.I. Reforma enquanto liberalidade?	16
II.II. Reforma enquanto remuneração?	18
II.III. Pensão de sobrevivência	25
II.IV. Direito sob condição suspensiva	27
III. “Regime de reforma” e “Complementos de pensão de reforma”.....	28
III.I. “Regime de reforma”	28
III.II. “Complementos de pensão de reforma”.....	29
III.II.I. “Complementos de pensão de reforma” enquanto regime autónomo?	29
III.II.II. Limites quantitativos	30
III.II.III. Consagração estatutária	33
IV. “Regulamento de execução”	34
IV.I. Dever de aprovação?.....	34
IV.II. Grau de densificação estatutária vs. regulamentar	37
IV.III. Natureza regulamentar	39
IV.IV. Invalidades	39
IV. V. Teses contrárias	41
V. Extinção e modificação. Contratos de seguro	43
V.I. Cessação natural	43
V.II. Cessação por extinção da sociedade	43
V.II.I. O caso da fusão	44
V.III. Contratos de seguro	45

V.IV. Modificação	46
V.V. Extinção por responsabilidade civil do administrador?	47
V.VI. Peso da situação financeira da sociedade	48
V.VII. Renúncia	50
Conclusão	51
Bibliografia.....	54
Jurisprudência	58

Introdução

Como não poderia deixar de ser, o cabal estudo da administração das sociedades comerciais, e da governação societária em geral, encontra-se inelutavelmente dependente do estudo dos próprios administradores e da sua relação com a sociedade na condução dos seus rumos.

Ora, a relação do administrador, enquanto tal, com a sociedade, direcionando na presente dissertação o nosso foco para as sociedades anónimas em particular, não se circunscreve necessariamente apenas ao intervalo de tempo que medeia a sua nomeação e a cessação do exercício de funções. Pode estender-se ainda, pelo contrário, para além do mandato do administrador, que mantém, potencialmente, o vínculo na qualidade de beneficiário de uma pensão de reforma atribuída pela sociedade aos seus ex-administradores.

É a uma análise rigorosa de tais matérias que nos propomos em sede do presente estudo, ilustrando capazmente o “estado da arte” da questão, debruçando-nos sobre a evolução do seu tratamento pela Doutrina e jurisprudência em Portugal e refletindo criticamente sobre as controvertidas divergências que ainda hoje motivam a constante discussão em torno destes temas.

Adotamos para tal a seguinte sistematização:

I. História

Nota histórica sobre a evolução da inclusão dos administradores das sociedades anónimas no sistema previdencial público, a insuficiência deste face às particularidades da situação concreta destes sujeitos e, portanto, os fatores que motivaram o tratamento destes temas no CSC aquando da sua redação. Menção, ainda, à Doutrina e jurisprudência que mesmo antes de 1986 já admitiam a criação de um regime de reforma a cargo da sociedade.

II. Natureza da reforma. Capacidade das sociedades

Discussão em torno da natureza deste direito à reforma, mormente do seu caráter remuneratório (tocando também na sua qualidade *intuitu personae*), ou não, e das consequências que dessa classificação advêm. Análise da compatibilidade desta questão, dependendo da conclusão a que chegamos, com a capacidade das sociedades comerciais e a prossecução do seu fim.

III. “Regime de reforma” e “Complementos de pensão de reforma”

Estudo, propriamente dito, do art. 402.º do CSC, cuja interpretação constitui o cerne efetivamente mais denso, rico e controvertido desta dissertação.

Análise, primeiro, do seu n.º 1, que corresponde ao seu segmento, em abstrato, mais consensual na nossa Doutrina e jurisprudência. A sua leitura, isolada principalmente dos n.º 2 e 4, revela-se relativamente simples. Os verdadeiros problemas resultam da sua harmonização (ou tentativa de) com os restantes números, a seu tempo explorados.

Quanto ao n.º 2 do art. 402.º do CSC, trata-se de um preceito complementar relativamente ao n.º 1? Ou será uma mera especificação, referindo-se o “*regime*” do n.º 1 e o “*complemento*” do n.º 2, em bom rigor, a uma mesma, única, realidade? A nossa Doutrina e jurisprudência não são, de todo, unânimes quanto à resolução destas dúvidas, merecendo uma ponderação cuidada dos vários entendimentos relevantes para, finalmente, tomarmos uma posição esclarecida. Inclui-se neste capítulo a análise do limite quantitativo introduzido no n.º 2 e da necessidade, ou não, de consagração estatutária destes “*complementos*”.

IV. “Regulamento de execução”

Foco no n.º 4 do art. 402.º do CSC, de difícil harmonização com o n.º 1. Importa desvendar o verdadeiro significado do “*regime de reforma*” (n.º 1), de necessária previsão no pacto social, e o seu conteúdo mínimo, para determinar a concreta esfera de atuação e densificação conferida e permitida (no n.º 4) ao “*regulamento*”

de execução”. Mais uma vez, é um debate extenso que não se encontra absolutamente assente, pelo que é possível encontrar diversas e divergentes opiniões na nossa Doutrina e jurisprudência.

V. Extinção e modificação. Contratos de seguro

Partindo do n.º 3 do art. 402.º do CSC, reflexão sobre a extinção (e, em geral, modificação) do direito dos administradores a uma pensão de reforma a cargo da sociedade. Para além disso, análise da possibilidade legalmente prevista de “*contratos de seguro*” contra esse risco de extinção.

I. História

A fim de, mais adiante, verdadeiramente compreender a *ratio* e o sentido do art. 402.º do CSC, é oportuno, nesta fase preliminar do nosso estudo, lembrar a história por detrás deste preceito, analisando os seus antecedentes e a *occasio* no quadro da qual podemos situar a sua origem.

Antes de mais, não podemos deixar de constatar que a legislação societária anterior ao Código de 1986 era completamente omissa quanto a qualquer questão relacionada com a reforma dos seus administradores¹.

Importa, então, face a essa lacuna, perceber a situação do sistema de Segurança Social vigente antes da publicação do CSC. Foi evidente, durante largos anos, a insuficiência da cobertura previdencial oferecida aos administradores das sociedades comerciais². De facto, só na década de oitenta do séc. XX é que o nosso ordenamento reconheceu aos titulares dos órgãos de administração, enquanto tal, qualquer direito à reforma. Isto, por efeito do DL n.º 8/82, de 18 de janeiro³, que finalmente enquadrou os

¹ PAULO OLAVO CUNHA (vd. «Reforma e pensão dos administradores (a cargo da sociedade administrada)», *Estudos dedicados ao Professor Doutor Bernardo da Gama Lobo Xavier*, vol. III, 2015, pp. 140-142) oferece uma possível razão de ser dessa realidade ao recordar que, outrora, era comum os cargos societários serem exclusivamente ocupados por sócios, admitindo-se até que, por isso, as funções de gestão não fossem remuneradas.

Com a inversão, ao longo do séc. XX, desta tendência, verificou-se uma crescente dissociação entre o risco de capital e a direção efetiva das sociedades e, verdadeiramente, uma profissionalização da gestão, cada vez mais assegurada por terceiros. A remuneração destes, contrariamente aos antigos sócios-gestores, já é maioritariamente assegurada pelo salário que enquanto administradores auferem. No seguimento desta nova realidade faz logicamente sentido refletir sobre a possibilidade de poderem também, ou não, auferir, na qualidade de administradores, uma pensão a cargo da sociedade.

² O principal motivo para esta desconsideração foi, desde sempre, a ausência de carácter laboral nas funções executivas, como aponta PAULO OLAVO CUNHA (vd. *op. cit.*, p. 140). Até ao surgimento da Lei n.º 28/84, de 8 de agosto (Lei de bases da Segurança Social), o regime instituído pelo DL n.º 45 266, de 23 de setembro de 1966, previa a atribuição de pensões de reforma por velhice apenas para os trabalhadores subordinados. A referida lei de bases anunciou uma verdadeira mudança de paradigma, marcada pela concretização da Segurança Social como direito fundamental (consagrado no art. 63.º da CRP) e pelo “*distanciamento de uma conceção marcadamente laboralística*” (vd. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, «As pensões de reforma e a segurança social dos administradores e doutros membros dos órgãos das sociedades (artigo 402.º do Código das Sociedades Comerciais)», *Revista de Direito das Sociedades*, Ano VII (2015) – Vol. III/IV, Almedina, Coimbra, 2016, p. 542, nota 13).

³ Já encontrávamos um certo precedente numa raramente aplicada portaria de 1977, de duvidosa legalidade aos olhos de BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER (vd. *op. cit.*, p. 5413).

administradores das sociedades anónimas no regime de segurança social dos profissionais independentes⁴.

Mas, ainda assim, e como explica BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, “*se dava adequada proteção quanto a benefícios imediatos, consentia num deficit de proteção quanto a benefícios diferidos como a reforma, que exigiam uma carreira retributiva capaz de os sustentar*”⁵. Ora, nem os administradores, chegados a uma certa idade, tendencialmente atingiam o nível mínimo de descontos sobre os seus rendimentos societários durante um período de tempo bastante para adquirirem o direito a uma pensão, nem, na eventualidade de o conseguirem fazer, o *quantum* desta se revelava, razoavelmente, suficiente.

O sistema existente, ainda que preferível, claro está, ao vazio de outrora, revelou-se, na sua novidade, insatisfatório. O sistema público, aplicado pura e simplesmente, sem qualquer tipo de adaptação, era inadequado à usual e expetável carreira contributiva dos administradores das sociedades anónimas nessa qualidade, cujo regime previdencial carecia, pois, de um reforço. E, a partir de 1986, essas pretensões encontrariam consolo no art. 402.º do (então) novo CSC, que vinha prever a possibilidade de concessão pela sociedade de pensões de reforma aos seus ex-administradores. Só com o Código se começou a equacionar seriamente um sistema previdencial a cargo da própria sociedade, procurando contornar as debilidades do simples transplante de regimes públicos por via de uma falaciosa solução *one size fits all*.

Cumprе, no entanto, mencionar que já antes do CSC alguma Doutrina e jurisprudência prenunciavam situações deste tipo. Talvez o mais significativo exemplo seja o de A. FERRER CORREIA e ANTÓNIO CAEIRO⁶, inspirados no Direito francês e alemão, quando manifestaram o seu apoio à decisão do **Ac. TRP 23 jan 1979**⁷ pela

⁴ Assim seria até 1994, quando, por força do DL n.º 327/93, de 25 de setembro, aos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas se passou a aplicar, para efeitos previdenciais, o regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem.

⁵ Vd. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *op. cit.* (p. 541).

⁶ Vd. ANTÓNIO FERRER CORREIA / ANTÓNIO CAEIRO, «Modificações do objecto social e sua especificação nos estatutos; aumento do capital a deliberar pelo conselho de administração; previdência dos administradores», *Revista de Direito e Economia*, Anos VI/VII (1980/1981), Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos, Coimbra, 1981 (pp. 293-296).

⁷ Vd. **Ac. TRP 23 de janeiro de 1979** (SENRA MALGUEIRO) / Proc. n.º 0012487, www.dgsi.pt.

validade de uma cláusula estatutária prevendo a atribuição pela sociedade de pensões de reforma aos seus administradores aposentados.

II. Natureza da reforma. Capacidade das sociedades

A autonomização do regime legal da reforma dos administradores das sociedades anónimas, constante do art. 402.º do CSC, relativamente ao regime geral que o art. 399.º traça quanto à remuneração (*lato sensu*) perpetua, ainda que dentro de novos moldes, a reflexão historicamente levada a cabo pela Doutrina, no campo concetual (que não deixa de ter os efeitos práticos que passaremos a enunciar), sobre a qualificação *proprio sensu*, ou não, da reforma a cargo da sociedade como remuneração, pelo menos na aceção deste Código.

II.I. Reforma enquanto liberalidade?

Tal discussão surge no seguimento de saber, e por aí começaremos a nossa análise do problema, qual é, em bom rigor, a natureza jurídica da reforma a cargo da sociedade. É isso que antes de mais devemos indagar. Como a qualificamos? Será uma liberalidade?

A questão remonta a jurisprudência pré-CSC e persiste, ainda hoje, após este consagrar expressamente a possibilidade de criação de um sistema previdencial corporativo. Com efeito, e como já avançámos, o Direito português anterior à vigência do Código era completamente omissivo quanto a estes temas, paulatinamente nutrindo o cisma na Doutrina a seu respeito, discórdia que nem após 1986 se converteu em total consenso.

A dúvida começou por ser, à data, antes do seu pósterio reconhecimento legal, se a instituição pelas sociedades anónimas de reformas, a seu cargo e em benefício dos administradores, era sequer possível. Enquanto alguns justificavam a sua admissibilidade no princípio da autonomia privada e no próprio interesse⁸ que a sociedade poderia ter nesse sentido, a maioria tendia a contestá-la, por incompatível com a capacidade jurídica da sociedade, hoje definida especificamente para as sociedades comerciais no art. 6.º do

⁸ Nas palavras de LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA (vd. «Do regime jurídico do direito à reforma dos administradores a cargo das sociedades anónimas», Revista de Direito das Sociedades, Ano II (2010) – Vol. III/IV, Almedina, Coimbra, 2011, p. 533), “*motivações de ordem económica, sociológica e cultural*”.

CSC⁹: “*A capacidade da sociedade compreende os direitos e as obrigações necessários ou convenientes à prossecução do seu fim*”.

A pensão constituiria uma atribuição patrimonial de caráter gratuito e sem contrapartida, de duvidosa adequação à prossecução do fim lucrativo característico das sociedades comerciais, posição que admitimos ser compreensível na ausência de uma norma permissiva como o atual n.º 1 do art. 402.º. Ademais, criaria um encargo para a sociedade não computável *a priori*¹⁰, dado que se encontra dependente da maior ou menor longevidade dos seus beneficiários em concreto.

A partir de 1986, o novel CSC encerra definitivamente, mediante a criação do seu art. 402.º, a discussão preliminar relativa à admissibilidade da criação de um regime de reforma a cargo da sociedade. Passa a ser uma possibilidade inquestionavelmente confirmada por lei.

Mesmo que hipoteticamente entendamos as pensões como liberalidades, opinião cada vez mais ultrapassada, estas serão sempre, à luz do atual regime, admissíveis, enquadrando-se inelutavelmente na capacidade das sociedades anónimas, ainda que excecionalmente, por força de clara e expressa habilitação legal. PAULO DE TARSO DOMINGUES, por sinal, considera o art. 402.º uma norma excecional¹¹, uma vez que “*trata de matéria que está no limite da capacidade das sociedades e na fronteira da licitude*”¹².

BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER conjectura, por outro lado, que nem estamos perante uma exceção (que só seria permissível justamente por obra do 402.º) ao princípio da especialidade quanto à capacidade (e, enfim, ao escopo) das sociedades, o qual não sai minimamente lesado da instituição de um regime previdencial a cargo da sociedade. Baseando-se nas “*noções modernas e profissionalizantes da gestão societária*”¹³

⁹ Não esqueçamos o regime geral da capacidade jurídica relativo a todas as pessoas coletivas consagrado no art. 160.º do CC, corolário do princípio da especialidade do fim. Sublinhando este aspeto, PAULO DE TARSO DOMINGUES (vd. «A reforma dos administradores», *I Colóquio Internacional sobre o Regime Jurídico da Administração das Sociedades*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 18).

¹⁰ Neste sentido, **Ac. STJ 10 mai 2000** (vd. **Ac. STJ 10 de maio de 2000** (FRANCISCO LOURENÇO), *CJ-STJ*, ano VIII, t. II, 2000 (pp. 52-54)).

¹¹ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO (vd. AA. VV., *Código das Sociedades Comerciais* anotado (coord. de A. Menezes Cordeiro), 2.ª ed. (reimpressão), Almedina, Coimbra, 2014, p. 982), por sua vez, não afirma expressamente o caráter excecional do art. 402.º do CSC, mas não deixa de recomendar “interpretar toda esta matéria em termos restritivos”.

¹² Vd. PAULO DE TARSO DOMINGUES, «A reforma dos administradores», *I Colóquio Internacional sobre o Regime Jurídico da Administração das Sociedades*, Almedina, Coimbra, 2014 (p. 22).

¹³ Vd. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *op. cit.* (p. 553).

desenvolvidas ao longo das últimas décadas, o Autor defende que “*as sociedades, dirigidas normalmente ao lucro, não estão colimadas a uma ideia estrita de retornos de curto prazo*”¹⁴, ultrapassando uma adesão cega às leis de oferta e da procura. Nessa lógica, patrocinar a reforma dos seus administradores encaixa, numa interpretação moderna e mais consciente da responsabilidade social inerente à prática corporativa, no interesse da sociedade, consubstanciando um ato não contrário ao seu fim e plenamente dentro dos limites da sua capacidade (cfr. n.º 1 e 2 do art. 6.º do CSC, sem necessidade de encontrar fundamento adicional). Também PAULO OLAVO CUNHA sublinha que atualmente já se encara a reforma como “*um ato de justiça pelos serviços anteriormente prestados*”¹⁵, alertando para que, ainda assim, “*a assunção deste encargo pela sociedade pressuponha uma certa capacidade financeira*”¹⁶, casuisticamente aferida, por parte da sociedade¹⁷.

Daqui por diante, e enquanto vigorar o CSC tal como o conhecemos, o carácter gratuito, ou não, da pensão de reforma oferecida aos administradores já não acarreta, em termos práticos, um peso tão significativo como outrora se discutiu, sendo inconsequente para efeitos de proibir a instituição de tais atribuições que a lei, sem margem para dúvidas, admite.

II.II. Reforma enquanto remuneração?

Posto isto, e retomando a linha de pensamento com que demos início a este capítulo, chamamos desde já a atenção para o facto de os referidos art. 399.º e 402.º, de disciplina, como já referido, separada, se encontrarem intermediados por dois outros, o

¹⁴ Vd. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *op. cit.* (p. 553).

¹⁵ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p. 143).

¹⁶ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p. 143).

¹⁷ É curioso notar um certo paralelismo entre a conjugação destas duas considerações tecidas pelo Autor e os dois critérios (“*segundo as circunstâncias da época e as condições da própria sociedade*”) que, reunidos, tornam uma liberalidade “usual”, conforme o n.º 2 do art. 6º do CSC. Isto significa, admitindo a artificialidade desta nossa construção, que, no limite, adotando esta visão de PAULO OLAVO CUNHA, que encara a realidade previdencial através de um prisma moderno (em moldes semelhantes a BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER), quase que será defensável a licitude “excecional” da atribuição de pensões de reforma pela sociedade aos seus administradores, mesmo para quem as entenda à partida como liberalidades, por princípio vedadas e alheias à capacidade e fim da sociedade. A liberalidade (se assim a entendermos) em questão será, em princípio, considerada usual (e, portanto, permitida) se se coadunar com a situação e liquidez da sociedade, preocupação que o Autor sempre considera decisiva quanto à admissibilidade, ou não, destas atribuições previdenciais.

400.º e o 401.º, respetivamente referentes à suspensão e à incapacidade superveniente dos administradores, duas situações de cessação das suas funções, marcando uma quebra temática e sistemática entre o artigo que nos fala da remuneração dos administradores (399.º) e aquele que nos fala da sua eventual reforma a cargo da sociedade (402.º).

Apesar de, quanto a nós, algo simplista, este argumento de teor fortemente formal não deixa de ser, à sua maneira, impressivo, especialmente em iniciais e mais superficiais abordagens desta matéria, apontando aparentemente para a desconsideração da reforma do art. 402.º como remuneração propriamente dita para efeitos do art. 399.º do CSC. Independentemente do mérito desta solução, a questão não deve nem pode, porém, ficar só por aqui, até porque tal significaria desdenhar a inerente complexidade destas matérias, dignas de uma abordagem material para além da mera superficialidade, e a possibilidade, que não é de todo inédita no nosso ordenamento ou em qualquer outro, de um diploma legal de tamanha complexidade incluir certas imprecisões, lacunas e/ou problemas que à Doutrina e jurisprudência cabe, invariavelmente, ponderar, discutir e, se possível, colmatar. Prossigamos, então, o nosso estudo deste tema.

O ponto fulcral a considerar é, no fundo, a qualificação, ou não, como remuneração.

É essencial, com vista a enriquecer a nossa perceção global deste assunto, examinar também realidades alheias à portuguesa. Olhando para o estrangeiro, constatamos que, de uma ou outra forma, a tese remuneratória colhe apoio nos ordenamentos alemão¹⁸, espanhol¹⁹ e, até certo ponto, francês²⁰, bem como nos países anglófonos²¹. Ainda que atendendo, claro está, às suas particularidades específicas, que

¹⁸ O que resulta expressamente do § 87 da AktG, cujo parágrafo 1.4 faz aplicar a pensões deste tipo o regime geral da remuneração dos administradores e, concretamente, um princípio de “*adequação das importâncias atribuídas aos administradores em relação às tarefas respetivas e à situação da sociedade*” (vd. J. M. COUTINHO DE ABREU, *Governança das sociedades comerciais*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2010, p. 93, nota 239), que entre nós encontra acolhimento em matéria de remuneração no art. 399.º, n.º 1 do CSC.

¹⁹ A Doutrina acolhe um conceito amplo de *retribución*, sendo, ainda assim, obrigatório que conste do pacto social – art. 130.º da *Ley de Sociedades Anónimas*.

²⁰ Por construção jurisprudencial e doutrinária, que convergem no sentido de que a pensão que respeite os três critérios avançados pela *Cour de Cassation*, “*a contrapartida, a proporção e a moderação*”, constitui verdadeira remuneração, dispensando deliberação pelo coletivo dos sócios e bastando que, internamente, seja decidida pelo próprio conselho de administração.

²¹ Nomeadamente, a *section 220 (1)* do *Companies Act* britânico dita que não é necessária aprovação dos sócios quando o pagamento da reforma é atribuído de boa fé. De facto, o Direito de matriz anglo-americana (como explicam ANDREAS CAHN e DAVID C. DONALD, analisando os ordenamentos britânico e norte-americano) tende a encarar a remuneração dos administradores como instrumento de boa governação das

naturalmente não nos permitem transpor as suas soluções, o entendimento bastante generalizado nestes outros ordenamentos de que a reforma a cargo da sociedade se enquadra, sem mais, na remuneração dos administradores impede-nos, na nossa opinião, de descartar essa possibilidade no seio do nosso sistema jurídico tão rapidamente como à primeira vista poderíamos ter feito, merecendo, pelo contrário, cuidada reflexão.

Analizando aquele que tem sido o tratamento desta problemática no Direito português, rapidamente percebemos que entre nós o panorama se revela intrincado e heterogéneo.

ILÍDIO DUARTE RODRIGUES, por exemplo, defende sem reservas o carácter retributivo das pensões e complementos de reforma a cargo da sociedade, mais especificamente enquadrando estas prestações naquilo a que chama “*retribuição complexiva*”²². Para PAULO CÂMARA, “*Não sofre contestação (...) que se integram na retribuição dos membros dos órgãos sociais*”²³, levando o Autor a concluir, fruto do que propõe ser uma interpretação conjugada do art. 402.º com o art. 399.º do CSC (particularmente o seu n.º 1), pela “*possibilidade de delegação destas matérias na comissão de remunerações*”²⁴. Esta sugestão algo arrojada encontrou esteio no **Ac. STJ 1 mar 2007**²⁵, em sede do qual o STJ preconiza que “*Quando o texto [do art. 399.º] fala em remunerações no plural, abarca as várias formas de retribuição em que se inclui o direito a reforma e a complementos da mesma, previstos no art. 402.º do CSC*”. Também PAULO DE TARSO DOMINGUES assente que estas prestações “*até que têm, de alguma forma, natureza retributiva*”²⁶ e que, como tal, lhes é aplicável o regime do art. 399.º,

sociedades, admitindo a criação, nesse espírito, de incentivos para Administração enquadrados num esquema remuneratório que integra elementos de natureza vária, como, por exemplo, *retirement plans*. Face aos recentes escândalos no que toca à remuneração excessiva de administradores, ambos os ordenamentos mencionados introduziram salvaguardas que determinaram a imposição de a remuneração ser decidida, ainda que não pelos sócios, por, dentro do conselho de administração, uma comissão de remuneração composta por administradores não executivos independentes. De qualquer forma, é seguro afirmar que nos ordenamentos anglófonos, as pensões de reforma, entendidas como verdadeiramente remuneratórias, são reguladas exatamente pelas mesmas disposições desenhadas para a remuneração *proprio sensu*, e sem intervenção necessária por parte da AG.

²² Vd. ILÍDIO DUARTE RODRIGUES, *A administração das sociedades por quotas e anónimas – Organização e estatuto dos administradores*, Petrony, Lisboa, 1990 (p. 170).

²³ Vd. PAULO CÂMARA, «A comissão de remunerações», *Revista de Direito das Sociedades*, Ano III (2011) – Vol. I, Almedina, Coimbra, 2011 (p. 30).

²⁴ Vd. PAULO CÂMARA, *op. cit.* (p. 30).

²⁵ Vd. **Ac. STJ 1 de março de 2007** (JOÃO CAMILO) / Proc. n.º 07A080, www.dgsi.pt.

²⁶ Vd. PAULO DE TARSO DOMINGUES, *op. cit.* (p. 20).

nomeadamente destacando os critérios da parte final do n.º 1, referentes às “*funções desempenhadas*” e à “*situação económica da sociedade*”.

Em sentido diametralmente oposto, JOÃO LABAREDA e LUÍS CARVALHO FERNANDES sustentam o carácter gratuito destas atribuições (mas nem por isso extravagante à capacidade da sociedade, como já tivemos oportunidade de verificar), adotando uma visão quiçá redutora e estrita da vivência corporativa, dado, “*no momento da sua prática, ter cessado a relação jurídica que vincula o administrador com a sociedade*”^{27 28}. Por isso, admitem, no máximo, falar-se a este propósito de “*liberalidade remuneratória*”²⁹. Em termos mais extremos, o **Ac. STJ 10 mai 2000** (e, de novo, o **Ac. STJ 29 nov 2005**³⁰) concluiu que “*a concessão de reforma, a cargo de sociedades anónimas traduz(-se) numa atribuição sem contrapartida já que não tem por base um regime de descontos*”. Talvez PAULO OLAVO CUNHA se tenha precipitado, generalizando o seu próprio raciocínio, quando liminarmente afirmou, quiçá na esperança de consenso doutrinário nesse sentido: “*É hoje pacífico ser a atribuição da pensão de reforma um ato de interesse da sociedade e não consubstanciar um ato gratuito (doação)*”³¹.

Surgindo a meio caminho, A. FERRER CORREIA e ANTÓNIO CAEIRO, anteriormente ao CSC, propugnavam que estes direitos previdenciais dos administradores não eram, verdadeiramente, parte da remuneração, mas sim “*um incentivo [(de aproveitamento a posteriori)] a que permaneçam ao serviço da sociedade*”³² enquanto desempenham funções³³ e cuja “*concessão justifica-se também do ponto de vista do interesse social*”³⁴. No seguimento da posição destes Autores, discorre o **Ac. TRL 20 jan 2005**^{35 36}: “*a*

²⁷ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 534).

²⁸ Este argumento apela ao princípio da contemporaneidade (aproximada) entre a prestação (o serviço) e a contraprestação (a remuneração).

²⁹ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 535).

³⁰ Vd. **Ac. STJ 29 de novembro de 2005** (REIS FIGUEIRA), *CJ-STJ*, ano XIII, t. III, 2005 (p. 140-143).

³¹ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p. 143, nota 9).

³² Vd. ANTÓNIO FERRER CORREIA / ANTÓNIO CAEIRO, *op. cit.* (p. 293).

³³ PAULO DE TARSO DOMINGUES (vd. *op. cit.*, p. 20) compara estas prestações, nessa lógica, aos chamados *fringe benefits*. PAULO CÂMARA, por sua vez, integra-as no pacote de “*incentivos de longo prazo (LTI – long term incentives)*” (vd. *op. cit.*, p. 30).

³⁴ Vd. ANTÓNIO FERRER CORREIA / ANTÓNIO CAEIRO, *op. cit.* (p. 293).

³⁵ Vd. **Ac. TRL 20 de janeiro de 2005** (TIBÉRIO SILVA), *Coletânea de Jurisprudência*, ano XXX, t. I, 2005 (pp. 78-83).

³⁶ Em sentido semelhante, por exemplo, **Ac. TRP 23 jan 1979** (vd. **Ac. TRP 23 jan 1979** (**Ac. TRP 23 de janeiro de 1979** (SENRA MALGUEIRO) / Proc. n.º 0012487, www.dgsi.pt) e **Ac. TRP 12 jul 1984** (vd. **Ac. TRP 12 de julho de 1984** (GOES PINHEIRO), *Coletânea de Jurisprudência*, ano VI, t. IV, 1984, pp. 201-203), precedendo-o (anteriores ao CSC, até), bem como o previamente mencionado **Ac. STJ 1 mar 2007**, sucedendo-o.

atribuição da pensão de reforma não colide com o escopo das sociedades comerciais, não é um ato gratuito – é do interesse da sociedade, pela influência que a compensação por um longo período de tempo pode ter no exercício do cargo”. A Relação sublinhou neste caso que, embora não tenha natureza remuneratória, a pensão de reforma tem, contudo, natureza de contraprestação, na medida em que recompensa a pretérita dedicação do administrador à sociedade³⁷. Ademais, estes esquemas previdenciais não comprometem propriamente o escopo lucrativo do projeto societário tal como previsto no art. 6º do CSC, não consubstanciando uma das liberalidades aí vedadas.

Mais recentemente, e posicionando-se, a nosso ver, de forma bastante sensata, ÂNIA FERREIRA e TERESA FERNANDES desenvolvem a linha de pensamento apresentada *supra* e inferem concludentemente que o regime de reforma a cargo da sociedade não é, “*em sentido técnico-laboral*”³⁸, componente integrante da remuneração do administrador que dele vier a beneficiar (recorrendo, entre outros, ao argumento sistemático que atrás enunciámos, indo, no entanto, mais além e ponderando a sua *ratio*), mas nem por isso negam, fazendo aliás questão de a realçar, a indiscutível “*proximidade entre as pensões*

³⁷ Nesse sentido, ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA (vd. *Sociedades Comerciais, Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Mercados*, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 226-227), segundo o qual as pensões de reforma constituem um corresponsivo do trabalho e dedicação prestados à sociedade.

³⁸ Como aponta BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER (vd. *op. cit.*, p. 550).

de reforma e a remuneração”^{39 40 41}. Na senda de J. M. COUTINHO DE ABREU, que considera que estas pensões “*aparecem, em maior ou menor medida (...) como contrapartida (diferida) do trabalho (passado) prestado pelo administrador*”^{42 43}, as referidas Autoras, visando o rigor terminológico, concluem pelo seu carácter contraprestacional e não, sublinhe-se, remuneratório.

Subscrevendo as conclusões desta última posição doutrinária, “intermédia”, parece-nos que o legislador português não quis de todo incluir as pensões de reforma a cargo da sociedade no conceito jussocietário de remuneração. São, sem dúvida, compensações pecuniárias que se reconduzem causalmente às funções exercidas pelo administrador enquanto estava no ativo, mas não são, a nosso ver e nos termos do Código, remuneratórias.

De facto, não chega até a ser irrelevante equacionar a inclusão ou não, exercício teórico e eminentemente concetual, das pensões de reforma atribuídas por uma sociedade anónima na remuneração dos administradores que delas beneficiam? Que bases temos,

³⁹ Vd. ÂNIA FERREIRA / TERESA FERNANDES, «Estudo sobre a atribuição de pensões e suplementos de reforma aos administradores das sociedades anónimas», *Direito das Sociedades em Revista*, Ano 5, Vol. 9, Almedina, Coimbra, 2013 (p. 230).

⁴⁰ As Autoras (vd. *op. cit.*, p. 230) encontram provas desta “proximidade” no Direito comunitário e, no plano nacional, em normas de *soft law*. Por exemplo, na Recomendação da Comissão Europeia (2004/913/CE), de 14 de Dezembro de 2004, “relativa à instituição de um regime adequado de remuneração dos administradores de sociedades cotadas” (nos seus n.º 3.3, e) e 5.5, especificamente) (disponível online em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2004:385:0055:0059:PT:PDF>), no *Principles of Corporate Governance* da OCDE, também de 2004, entretanto revisto no *G20/OECD Principles of Corporate Governance* (na Parte 1, capítulo V, ponto 4) (disponível online em: <http://www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceprinciples/31557724.pdf>), e no *Código de Governo das Sociedades da CMVM*, de 2010 (no seu ponto II.1.5.4) (disponível online em: <https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/Recomendacoes/Documents/CodigodeGovernodasSociedadesCMVM2010.pdf>), hoje correspondente ao *Código de Governo das Sociedades do IPCG*, de 2018 (no seu capítulo V, ponto V.2.4) (disponível online em: https://cgov.pt/images/ficheiros/2018/codigo_de_governo_das_sociedades_ipcg_vf.pdf). BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, para além disso, sugere tomar em consideração as recentes alterações ao DL n.º 298/82, de 31 de dezembro, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (nos seus art. 115.º-C, n.º 1 e 115.º-E, n.º 14), que, ainda que relativamente à gestão bancária, demarcam tendências que já permeiam a prática jussocietária.

⁴¹ No mesmo sentido, BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER: “*não sendo tecnicamente remuneração (aliás, o CSC separa com nitidez as atribuições), a conexão da reforma é com aquela incontestável*” (vd. *op. cit.*, p. 551).

⁴² Vd. J. M. COUTINHO DE ABREU (de entre AA. VV.), *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (coord. de J. M. Coutinho de Abreu), Vol. VI (Artigos 373.º a 480.º), 2.ª ed., IDET/Almedina, Coimbra, 2019 (p. 398).

⁴³ É também o que nos diz BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER: “*a pertença do direito à reforma ao pacote de contrapartidas dos administradores é evidente. (...) Reforma como contrapartida, pois!*” (vd. *op. cit.*, p. 551).

na verdade, para afirmar, como certos Autores, que se as pensões de reforma fossem propriamente remuneratórias, tal implicaria que, sem mais, a elas seria aplicável o regime da remuneração estabelecido no art. 399.º do CSC, nomeadamente o seu n.º 1?

Assim fazem ÂNIA FERREIRA e TERESA FERNANDES⁴⁴, equacionando o problema da qualificação remuneratória, ou não, da reforma dos administradores nos seguintes termos: entender que as pensões de reforma suportadas pela sociedade a favor dos seus administradores são parte integrante da remuneração destes, em linha com certos segmentos da nossa Doutrina e certas decisões dos nossos Tribunais, é abrir portas para permitir a sua atribuição mediante mera deliberação dos sócios (*“Compete à assembleia geral de acionistas ou a uma comissão por aquela nomeada”*), conforme o regime geral de fixação da remuneração plasmado no art. 399.º do CSC e em colisão com o n.º 1 do art. 402.º, que impõe necessariamente, para este tipo de direitos, previsão estatutária.

Se por hipótese era esse o propósito do legislador, então teve um muito fraco reflexo na efetiva letra e sistematização do art. 402.º, concernente ao regime da reforma dos administradores e no qual se prevê expressamente a necessidade da sua fixação nos estatutos da sociedade. Esta opção é radicalmente diferente, e muitíssimo mais solene, daquela que vale para a remuneração nos termos do n.º 1 do art. 399.º, segundo o qual basta uma deliberação da AG (ou do CGS no caso de sociedade anónima de modelo germânico ou dualista – art. 429.º do CSC) para proceder a atribuições remuneratórias.

Toda esta discussão no campo formal em nada afeta, na prática, a materialidade do art. 402.º, de incontestável aplicação a estas matérias previdenciais e que no limite consubstanciaria uma norma especial face ao art. 399.º, invariavelmente se sobrepondo a ele. A letra do art. 402.º, n.º 1 do CSC é, a nosso ver, incontornável no sentido de impedir a instituição de um regime de reforma a cargo da sociedade por pura e simples deliberação social e sem prévia habilitação estatutária. Quando muito, e só para aqueles que encaram as pensões de reforma atribuídas pela sociedade como remuneração na aceção do Código (o que tomamos por incorreto), poderia ser eventualmente defensável, enquanto regime-geral subsidiariamente aplicável, que o art. 399.º, n.º 1 permitisse, uma vez estabelecidas

⁴⁴ Vd. ÂNIA FERREIRA / TERESA FERNANDES, *op. cit.* (p. 220).

as bases do sistema previdencial corporativo no contrato sociedade, a delegação de competência sobre estas matérias pela AG numa comissão de remunerações.

II.III. Pensão de sobrevivência

Ainda a respeito da natureza deste direito à reforma e, consequentemente, dos seus limites, cumpre agora abordar, neste mesmo contexto jussocietário, o inevitável tema das pensões de sobrevivência. Isto é, a possibilidade (ou não) de consagração estatutária, para além da reforma do ex-administrador, de um direito do seu cônjuge-sobrevivo à sua pensão, ou a parcela desta, na eventualidade do seu falecimento.

Diga-se, antes de mais, que estamos aqui perante uma hipótese fundamentalmente distinta daquela que vem plasmada na letra do art. 402.º do CSC: a extensão dos encargos suportados pela sociedade com a previdência dos seus administradores aposentados mesmo para além da vida destes. Tendo em conta a inerente excecionalidade destes regimes e a necessidade de uma mínima lógica contraprestacional para, em atenção à limitada capacidade da sociedade, justificar a sua existência, facilmente se compreendem as dúvidas em torno da admissibilidade das pensões de sobrevivência, razão pela qual esta questão merece a nossa maior atenção. Ainda que concetualmente duvidoso, sublinhe-se que nem por isso deixa um clausulado neste sentido de ser recorrente na prática estatutária empresarial.

Não obstante as pensões de viuvez, ou até de orfandade, serem fenómeno vulgar no seio dos esquemas previdenciais da Segurança Social, não nos parece que uma qualquer sociedade comercial tenha, em moldes remotamente similares, uma responsabilidade, de cariz aparentemente social, de sustento do cônjuge sobrevivente do administrador falecido, elemento fora da estrutura corporativa. Aliás, tal preocupação, independentemente do seu eventual mérito ético, em nada contribuirá para a prossecução do fim da sociedade⁴⁵, antes desvirtuando-o.

⁴⁵ Mas sim de interesses pessoais dos administradores em si.

Concordamos, pois, com LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA⁴⁶, que, contra este tipo de situações, alertam para o caráter gratuito de tais pensões de sobrevivência, desprovidas de norma habilitadora que, assim como o art. 402.º faz para as pensões de reforma a cargo da sociedade, excecional e expressamente as permita. Também as demais regalias para além da retribuição (*fringe benefits*) desfrutadas no exercício das funções de administração não são extensíveis ao cônjuge sobrevivente, tal como não o são sequer ao administrador aposentado⁴⁷. PAULO OLAVO CUNHA partilha essencialmente desta opinião, apontando que a pensão de sobrevivência não se enquadra, na verdade, no prolongamento das contrapartidas a pagar ao administrador pelo prévio exercício de funções, tratando-se, por isso, de um “*ato desconforme à natureza e fim da sociedade anónima*”⁴⁸.

Também PAULO DE TARSO DOMINGUES⁴⁹ se impõe contra este tipo de atribuições, realçando, em termos que subscrevemos, o caráter *intuitu personae*⁵⁰ e, por isso, a intrínseca circunscrição da pensão de reforma ao limite temporal da vida do administrador aposentado. Qualquer cláusula do pacto social que disponha em sentido contrário será sempre nula, por violação de norma legal imperativa (cfr. art. 294.º do CC).

Do lado oposto da “barricada” doutrinária, BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, desde logo assentando na premissa (já nossa conhecida) de que atribuições deste tipo a cargo da sociedade não são atos gratuitos (e, portanto, em nada extravasam o escopo de atuação corporativa), surge em defesa da admissibilidade das pensões de sobrevivência, invocando a “*prevalência da autonomia e da liberdade de estipulação estatutária*”⁵¹ sobre a adesão absoluta à estrita literalidade do art. 402.º do CSC. O Autor critica

⁴⁶ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (pp. 550-551).

⁴⁷ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 551).

⁴⁸ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p. 162).

⁴⁹ Vd. PAULO DE TARSO DOMINGUES, *op. cit.* (p. 27).

⁵⁰ Em moldes bastante interessantes, PAULO DE TARSO DOMINGUES (vd. *op. cit.*, p. 30, nota 23) chama a atenção para o art. 252.º do CC, ainda que relativo às sociedades por quotas: “*A gerência não é transmitida entre vivos ou por morte, nem isolada, nem conjuntamente com a quota*”. O estatuto de administrador, e tudo aquilo que este acarreta e envolve, extingue-se com a morte do seu titular.

Apelando a esta mesma lógica, a remuneração do administrador em vida não justifica, em conformidade com o regime legal estabelecido no CSC, qualquer pensão a atribuir ao cônjuge sobrevivente após a sua morte. Não existe, quanto a nós, fundamento (excecional) juridicamente tutelável para tal atribuição, extravagante à capacidade das sociedades comerciais. A qualidade de administrador não é, em qualquer das suas vertentes, de todo transmissível *mortis causa* a favor do seu cônjuge, nem justifica *mortis causa* qualquer tipo de perpetuação ficcionada da reforma do administrador falecido mediante pensão de sobrevivência a cargo da sociedade e a favor do seu cônjuge.

⁵¹ Vd. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *op. cit.* (p. 582).

particularmente as teses contrárias quando afirmam que se trata de uma atribuição a favor de alguém totalmente alheio à esfera societária tão só na qualidade de cônjuge do administrador falecido, refutando esse entendimento ao defender que o sujeito jurídico tutelado é, na verdade, o *de cujus*, que “*procura adquirir uma estrutura confiável de segurança relativamente a eventos danosos que possam atingir familiares ou equiparados*”⁵². Sendo capazes de, até aqui, acompanhar e simpatizar com o raciocínio do douto Autor, já nos parece que vai longe demais ao sugerir que a admissibilidade de uma pensão de sobrevivência a cargo da sociedade se prende, em parte, com um certo “*reconhecimento do contributo do beneficiário para a situação profissional do outro cônjuge*”⁵³.

II.IV. Direito sob condição suspensiva

Uma última nota quanto à natureza do direito à reforma a cargo da sociedade.

A aquisição deste direito não opera imediatamente após a sua consagração no pacto social, mas sim de forma diferida. Consubstancia, então, um direito sob condição suspensiva⁵⁴ (cfr. art. 270.º, ss. do CC), uma vez que se gera na esfera do administrador aquando da cessação de funções “*por velhice ou invalidez*”, preenchidos os pressupostos e requisitos legais⁵⁵.

Até então, na pendência da condição, a arrecadação da pensão não será mais que uma mera expectativa jurídica.

⁵² Vd. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *op. cit.* (p. 582).

⁵³ Vd. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *op. cit.* (p. 582).

⁵⁴ Neste sentido, LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA (vd. *op. cit.*, p. 548).

⁵⁵ Como referem LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA: “*Estão aqui em causa factos futuros e incertos quanto à sua verificação*” (vd. *op. cit.*, p. 548).

III. “Regime de reforma” e “Complementos de pensão de reforma”

III.I. “Regime de reforma”

É chegada, pois, a hora de proceder à exegese, propriamente dita, do regime legal constante do art. 402.º do CSC.

Comecemos, logicamente, pelo início. Resulta do seu n.º 1 que “*O contrato de sociedade pode estabelecer um regime de reforma por velhice ou invalidez dos administradores a cargo da sociedade*”. O texto fundamental da sociedade em causa, quer *ab initio*, quer mediante alteração *a posteriori*, deverá expressamente contemplar tal situação, matéria insuscetível de ser tratada em sede de pura e simples deliberação do colégio de sócios.

Facilmente se compreende, perante a letra da lei, o porquê de PAULO OLAVO CUNHA pertinentemente sublinhar o carácter simultaneamente facultativo e injuntivo desta disposição⁵⁶. De facto, trata-se de uma permissão legal (“*pode*”), uma faculdade, de efetivação não obrigatória mas, querendo a sociedade aproveitá-la, indispensavelmente condicionada à previsão estatutária do concreto “*regime de reforma*” (limita-se nesta medida a autonomia privada dos acionistas). Ou seja, enquanto o contrato de sociedade for omissivo sobre estas questões nunca se poderá constituir um sistema de pensões a cargo da sociedade, incapaz, nessa hipótese, de suportar tais encargos. Qualquer deliberação social que, desprovida de fundamento estatutário, o pretenda, será invariavelmente inválida^{57 58}.

⁵⁶ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p. 146).

⁵⁷ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p. 148).

⁵⁸ LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA (vd. *op. cit.*, p. 539) falam de nulidade, conceito que empregam indiscriminadamente, inclusive num caso como este, enquanto consequência de qualquer violação do art. 402.º do CSC, por se tratar de norma injuntiva, em conformidade com a solução comum do art. 294.º do CC.

Os mesmos Autores reconhecem que a solução que propõem não se coaduna com os ensinamentos, noutro contexto, de BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER (vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.*, pp. 539-540, nota 15), que adverte para o facto de a desconformidade com normas injuntivas concernentes a procedimentos deliberativos não implicar normalmente a nulidade. Os primeiros Autores justificam a nulidade, ainda assim, por estar aqui em causa, a seu ver, a tutela de interesses de terceiros.

III.II. “Complementos de pensão de reforma”

Perante o n.º 2 do art. 402.º do CSC, no entanto, começam a surgir-nos, compreensivelmente, algumas interrogações: *“É permitido à sociedade atribuir aos administradores complementos de pensões de reforma, contanto que não seja excedida a remuneração em cada momento percebida por um administrador efetivo ou, havendo remunerações diferentes, a maior delas”*. A harmonização com o n.º 1 pode revelar-se algo problemática.

III.II.I. “Complementos de pensão de reforma” enquanto regime autónomo?

Perguntamos, então: poderá o complemento de pensão (do n.º 2) ser um direito autónomo que acresce ao regime de reforma atribuído pela sociedade (do n.º 1)?

Se verdadeiramente são conceitos distintos, é, até certo ponto, aparentemente legítimo seguir o seguinte raciocínio: (i) o n.º 2 do art. 402.º do CSC prevê especificamente a possibilidade de acumulação de um regime de reforma a cargo da sociedade com o regime previdencial público, tratando-se nessa medida de uma “pensão complementar”; (ii) a referência do n.º 1 seria, por contraponto e paralelamente, a uma “pensão autónoma”, totalmente suportada pela sociedade e, nesse caso, a única a que o administrador teria direito. Acontece, contudo, que, apesar de teoricamente plausível, a existência de uma pensão a cargo da sociedade autónoma em relação à Segurança Social e, portanto, a favor de um administrador que não beneficie de reforma no quadro desse sistema, é situação cada vez mais rara (e, aliás, muito mais em linha com a realidade previdencial anterior à década de ’80, como já tivemos oportunidade de constatar anteriormente).

Parece-nos, aderindo à tese de PAULO OLAVO CUNHA, que o n.º 2 do art. 402.º constitui antes uma *“mera especificação do disposto no número 1 e não um preceito complementar”*⁵⁹. Daí resulta que o complemento de pensão não se soma à reforma atribuída pela sociedade pois, na verdade, ambos estes conceitos se referem a uma mesma e singular realidade. A reforma a cargo da sociedade é hoje, no contexto sociojurídico em

⁵⁹ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p. 150).

que vivemos e no quadro de uma interpretação atualista da correspondência e adequação deste ao art. 402.º do CSC, sempre e à partida um complemento em relação à pensão de reforma a que o administrador aposentado já tem direito enquanto contribuinte para a Segurança Social⁶⁰.

É, no entanto, possível equacionar ainda uma outra forma de justificar a rutura terminológica denotada nos n.º 1 e 2 do art. 402.º do CSC. Será que o legislador pretendeu justamente proporcionar às sociedades a possibilidade de criar dois regimes previdenciais distintos? É algo que a Doutrina pouco discute, mas que MÓNICA BATISTA explora, oferecendo um exemplo: “*Tome-se o caso de a sociedade prever que o complemento de pensão, que acresce à reforma atribuída pela sociedade, apenas se gera para os administradores com mais que x anos de serviço*”⁶¹. Esta é, a nosso ver, a única interpretação possível dos dois primeiros números do art. 402.º que nos permite, atualmente, defender uma eventual e verdadeira autonomia concetual entre o “*regime de reforma*” do n.º 1 e os “*complementos de pensões de reforma*” do n.º 2, mas temos dúvidas que seja este o efetivo propósito do legislador.

Continuamos, de qualquer forma, a preferir a leitura da lei proporcionada por PAULO OLAVO CUNHA, supraexplanada, que tomamos por correta.

III.II.II. Limites quantitativos

Uma outra questão fulcral no que toca ao art. 402.º, n.º 2 do CSC prende-se com sua parte final: “*contanto que não seja excedida a remuneração em cada momento percebida por um administrador efetivo ou, havendo remunerações diferentes, a maior delas*”. Este é o teto quantitativo legalmente imposto, motivado, nas palavras de ÂNIA FERREIRA e TERESA FERNANDES, por “*uma ideia de igualdade dos administradores e com*

⁶⁰ ÂNIA FERREIRA e TERESA FERNANDES esclarecem que “*Os complementos de reforma aqui previstos são naturalmente complementos em relação às pensões da segurança social*” (vd. *op. cit.*, p. 217, nota 3). As referidas Autoras chegam, na prática, à mesma conclusão que J. M. COUTINHO DE ABREU previamente já preconizava: “*Serão complementos não de pensões de reforma atribuídas pela sociedade, mas, nomeadamente, de pensões do sistema público de segurança social*” (vd. *op. cit.*, 2010, p. 97).

⁶¹ Na sua dissertação de Mestrado, «Reforma dos Administradores das Sociedades Anónimas», Coimbra, 2014 (p. 33).

uma intenção de evitar abusos”⁶². Solução contrária seria de estranhar por, como PAULO OLAVO CUNHA afirma, “*não fazer sentido que um administrador reformado possa, à custa da sociedade, receber mais do que aqueles que estão no ativo e asseguram os meios indispensáveis ao pagamento da sua reforma complementar*”⁶³.

Ou seja, por força da referida disposição, a atribuição de complementos previdenciais pela sociedade aos seus administradores reformados encontra-se inelutavelmente pautada pela remuneração auferida pelos administradores ainda em pleno exercício de funções: o *quantum* mais elevado desta última constitui limite inultrapassável pelos primeiros.

Sublinhe-se que o montante que, a fim de se cumprir a imposição do art. 402.º, n.º 2, *in fine*, não deve exceder o limite legal corresponde à totalidade, globalmente considerada, da reforma a que o administrador tem direito⁶⁴. Assim, se este receber uma pensão de reforma ao abrigo do regime previdencial público, a ela devemos somar o complemento a cargo da sociedade, e será essa quantia global⁶⁵ que consideraremos para efeitos de aferir da sua conformidade, ou não, com a parte final do referido n.º 2.

Ademais, o controlo quantitativo imposto pelo n.º 2 do art. 402.º do CSC sobre as reformas dos administradores opera continuamente, sujeitando os complementos a cargo da sociedade a, possivelmente, constantes flutuações. O limite da maior das remunerações dos administradores efetivos deve ser verificado sempre que a sociedade atribui uma prestação previdencial a um administrador reformado. Isto significa que, naturalmente, perante a redução do salário do administrador no ativo mais bem remunerado, terá

⁶² Vd. ÂNIA FERREIRA / TERESA FERNANDES, *op. cit.* (p. 217).

⁶³ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p. 151).

⁶⁴ Cumpre sublinhar que o valor a considerar para efeitos de aferir do respeito, ou não, pelo limite legalmente imposto é o montante global de que o administrador aposentado beneficia a título de previdência em relação exclusiva e concretamente ao exercício dessas mesmas funções de administração na sociedade em causa.

Não releva, portanto, para este cálculo, o que o administrador, desligado dessa qualidade, recebe em sede de “*quaisquer regimes privados ou particulares de previdência para os quais (...) tenha, motu proprio, contribuído ao longo da sua vida ativa e que não estejam (...) de qualquer modo relacionados com as funções exercidas e a remuneração auferida pelo administrador na sociedade*” (PAULO DE TARSO DOMINGUES, *op. cit.*, p. 24, nota 17). Pense-se, desde logo, em fundos de pensões privados ou planos de poupança reforma. Outro exemplo de realidade a desconsiderar para estes efeitos é, sempre pertinente para os casos, não incomuns, de o administrador ser, primeiramente, advogado de profissão, a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

⁶⁵ Tal como explica PAULO OLAVO CUNHA (vd. *op. cit.*, p. 151), falamos aqui da “*soma do complemento de pensão da reforma a cargo da sociedade e da pensão recebida do sistema contributivo de segurança social*”.

consequentemente de ser reduzido o complemento de pensão de reforma cujo valor atinja o limite máximo previamente vigente, sob pena de a sociedade incorrer em incumprimento legal. Nesse caso, o complemento deverá, no mínimo, ser reduzido ao novo limite máximo. E, como adverte PAULO OLAVO CUNHA⁶⁶, incumbe aos próprios administradores efetivos o exame do cumprimento desta regra.

Ainda no que diz respeito à harmonização entre os n.º 1 e 2 do art. 402.º, cumpre analisar uma outra vertente da discussão em torno do limite plasmado na parte final do seu segundo número.

Para quem, como nós, entende o “*regime de reforma*” e os “*complementos de pensão de reforma*” como referências a uma só realidade, não será difícil admitir, por óbvio que é, a aplicação do limite constante da parte final do n.º 2 a todas as atribuições previdenciais a cargo da sociedade. Logicamente⁶⁷, vale o teto quantitativo tanto para o n.º 2 (do qual consta expressamente) como também para o n.º 1 do art. 402.º do CSC.

Outros, a nosso ver errónea e pouco representativamente, optam, diferentemente, por uma leitura literal destas disposições e, como já vimos, pela tese da autonomia concetual entre o “*regime*” e os “*complementos*” de reforma, visão segundo³ a qual as pensões de reforma (não “*complementos*”) atribuídas ao abrigo do “*regime de reforma*” do n.º 1 não obedecem a quaisquer limites. Afinal, o n.º 2 prevê-os diretamente, pelo que o legislador teria atuado de forma semelhante no n.º 1 se fosse esse o seu real propósito.

Mas mesmo entre os que preconizam a autonomia (sobre a qual já discorremos) entre o “*regime*” e os “*complementos*” de reforma mencionados nos n.º 1 e 2 do art. 402.º encontramos uma facção significativa que defende a aplicação dos limites do n.º 2 às pensões tratadas no n.º 1. Para LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, nomeadamente, “*Prevalecem, na verdade, análogas razões de decidir*”^{68 69}.

⁶⁶ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (pp. 151-152).

⁶⁷ Pelas razões, que entendemos como universais a qualquer atribuição previdencial a cargo da sociedade, já pertinentemente expostas *supra*.

⁶⁸ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 552).

⁶⁹ No mesmo sentido, PAULO DE TARSO DOMINGUES (*op. cit.*, p. 22), recorrendo ao “*basilar argumento da hermenêutica jurídica a minori, ad maius*”, e ILÍDIO DUARTE RODRIGUES (*op. cit.*, p. 170)

III.II.III. Consagração estatutária

Como tivemos previamente oportunidade de constatar, o n.º 1 do art. 402.º do CSC determina a necessidade de consagração estatutária do “*regime de reforma*”. O n.º 2, por sua vez, a propósito dos “*complementos de pensões de reforma*”, não tece similares considerações. Devemos, então, entender, fruto de uma interpretação literal, que a atribuição de complementos não carece de previsão no contrato de sociedade? Bastará, perante o silêncio da lei, uma deliberação dos sócios, votada em AG?

Tal interrogação só faz sentido se entendermos que os termos empregues nos n.º 1 e 2 do referido artigo não se reconduzem, fundamentalmente, a uma mesma realidade previdencial. Se o “*regime de reforma*” é, na verdade, ele próprio um “*complemento*” em relação à pensão de reforma ao abrigo da Segurança Social, logicamente toda e qualquer atribuição desse tipo que a sociedade decida instituir dependerá de expressa previsão estatutária nesse sentido.

É esta a conclusão a que chega a maioria da nossa Doutrina, como, por exemplo, J. M. COUTINHO DE ABREU, alegando uma “*identidade de razões*”⁷⁰. Afinal, tudo indica, na quanto a nós correta aceção do Autor, que a razão pela qual o legislador exigiu, em matérias como estas, prévia autorização estatutária ter-se-á prendido com o considerável encargo patrimonial que tais concessões, na prática, significam para as finanças da sociedade.

⁷⁰ Vd. J. M. COUTINHO DE ABREU, *op. cit.*, 2010 (p. 98).

IV. “Regulamento de execução”

Lemos no n.º 4 do art. 402.º do CSC que “*O regulamento de execução do disposto nos números anteriores deve ser aprovado pela assembleia geral*”. É um requisito formal obviamente mais leve do que a imposição de previsão estatutária constante do n.º 1. No entanto, tem-se levantado no seio da Doutrina e jurisprudência alguma polémica em torno desta disposição, concretamente no que toca à sua harmonização com o n.º 1 do mesmo artigo.

IV.I. Dever de aprovação?

Antes de mais, questionamos, algo literalmente, se existe mesmo um dever da sociedade de aprovar um “*regulamento de execução*” do “*regime de reforma*” que tenha instituído.

Não podemos admitir que assim seja, pelo menos não “*em sentido técnico rigoroso*”⁷¹. Não deve, pode (como, aliás, dispõe o n.º 1 do art. 402.º)!

Nada obsta, até por maioria de razão⁷², a que, no limite, do pacto social conste todo o regime, até ao mais ínfimo detalhe e particularidade prática. Por outras palavras, por mais inexequível que possa parecer, é perfeitamente admissível que o contrato de sociedade absorva por completo o conteúdo típica e supostamente destinado ao regulamento de que fala o n.º 4 do art. 402.º.

Mas atenção: se, em caso de silêncio regulamentar, o conteúdo do “*regulamento de execução*” não for devidamente esgotado pelo contrato de sociedade, essa omissão (ou grave insuficiência) dita que o “*regime de reforma*” não poderá ser legitimamente praticado.

⁷¹ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 542).

⁷² LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA demonstram, com efeito, o mérito deste argumento: “*o que os acionistas podem fazer por deliberação da assembleia geral, podem seguramente fazer, pelas vias muito mais exigentes de estipulação originária, no contrato de sociedade, ou de subsequente alteração deste*” (vd. *op. cit.*, p. 543).

Significará este n.º 4 que a cláusula no contrato de sociedade imposta pelo n.º 1 para a válida instituição pela sociedade de um sistema previdencial corporativo tem meramente que prever uma autorização de criação de um “*regime de reforma*”, reconhecendo a possibilidade de virem a ser atribuídas pensões de reforma aos seus administradores, cabendo, por outro lado, ao “*regulamento de execução*”, mais exaustivamente densificá-lo? Por exemplo, da cláusula estatutária em apreço no Ac. STJ 10 mai 2000 constava o seguinte: “*A AG pode, em qualquer altura, conceder o direito de reforma aos membros do conselho de administração, estabelecendo o seu regime*”. Por mais chocante que, pelos menos a nosso ver, possa parecer, será uma norma tão-somente permissiva suficiente?

Parece-nos que a própria excecionalidade inerente aos sistemas de reforma a cargo da sociedade indicia a impossibilidade de o pacto social se limitar, até por imperativos de segurança jurídica e tutela de todos os interesses relevantes envolvidos, a pura e simplesmente autorizar a instituição de tal solução previdencial, remetendo na sua totalidade (ou predominantemente) o poder decisório quanto a estas matérias ao colégio de sócios.

A mera publicitação de um direito à reforma, mediante um clausulado manifestamente vazio, afigura-se insuficiente. Há que prever o regime em particular. Cabendo ao contrato de sociedade, nos termos do n.º 1 do art. 402.º do CSC, se assim os sócios desejarem, “*estabelecer um regime de reforma*”, fará sentido, mais do que (só) dizê-lo, fazê-lo. Prevendo-se a instituição de um sistema previdencial a cargo da sociedade, deve igualmente fixar-se as bases gerais, o quadro fundamental, pelo menos o conteúdo essencial do seu regime.

O STJ resume no supramencionado Acórdão aquilo que acabámos de advogar. Com efeito, conclui que “*é ao contrato social que cabe não apenas a previsão da atribuição de pensões de reforma, mas também a definição do regime desta, restando ao regulamento executar o regime previamente previsto*”.

Executar, não criar! Nunca pode o regulamento substituir-se aos estatutos na edificação das bases do regime de reformas dos administradores a cargo da sociedade, devendo tão só limitar-se a concretizá-las.

Voltemos brevemente à cláusula-exemplo supratranscrita. Face ao exposto, tal disposição é notoriamente inadmissível. Aliás, a própria escolha terminológica revela-se autoincriminatória: se é a AG, presumivelmente mediante aprovação de um regulamento, que estabelece o regime de reforma, não é defraudada logo aí a norma legal do art. 402.º, n.º 1, que, como sabemos, reveste tais matérias de dignidade (forçosamente) estatutária? Parece-nos que sim, deliberando a AG, nesse caso, sobre uma matéria fora das suas competências⁷³.

Ainda assim, a verdade é que o mais frequente é abundar no seio das sociedades comerciais portuguesas cláusulas como aquelas que acabámos de condenar. É fácil encontrar mais exemplos. Atendamos ao art. 24.º, n.º 2 dos Estatutos da Brisa (“Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A.”):

“Os Administradores beneficiarão dum plano complementar de reforma em termos a definir em regulamento aprovado em Assembleia Geral”.

E, ainda, o art. 21.º, n.º 2 dos Estatutos da Navigator (“The Navigator Company, S.A.”):

“A assembleia geral poderá deliberar sobre a atribuição de um regime de reforma, ou de esquemas complementares de reforma aos administradores, de acordo com o regulamento que vier a aprovar”.

Sem qualquer tipo de construção estatutária de um regime previdencial a cargo da sociedade para além de uma breve e abstrata permissão, todo o tratamento concreto destas matérias é antes prontamente oferecido ao arbítrio da AG, que sobre elas poderá livremente regulamentar por maioria meramente simples. Como já expusemos, não acreditamos ser intenção do legislador viabilizar este tipo de situações: o claro propósito do n.º 1 do art. 402.º é o de exigir que o regime de reforma a cargo da sociedade venha já minimamente estabelecido no pacto social.

Recusamo-nos liminarmente a admitir que o conteúdo de cláusulas estatutárias como aquelas que transpusemos seja bastante para, com respeito à lei, razoavelmente

⁷³ A deliberação em causa é, nessa medida, nula, conforme as al. c) e d) do n.º 1 do art. 56.º do CSC. Sobre este tema, vd., nomeadamente, HENRIQUE SALINAS MONTEIRO, «Critério de Distinção entre a Anulabilidade e a Nulidade das Deliberações Sociais no Código das Sociedades Comerciais», *Direito e Justiça*, Vol. VIII, t. 2, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1994.

afirmar que um regime de reforma a cargo da sociedade se encontra estabelecido em sede do contrato de sociedade. E não nos parece que seja só preciosismo vocabular da nossa parte. “Autorizado” ou “previsto” talvez, mas não “estabelecido”.

IV.II. Grau de densificação estatutária vs. regulamentar

A questão decisiva é, no fundo, a seguinte, como convenientemente formulada por LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA: qual, afinal, o “*conteúdo mínimo necessário de estipulação convencional dos sócios ao consagrar o direito à reforma*”⁷⁴? E “*O que fica reservado, correspondentemente, para o regulamento*”⁷⁵?

As respostas a estas interrogações não são absolutamente óbvias. Atendamos, por isso, às cuidadas propostas dos referidos Autores que, a título de exemplo prático, sugerem, pelo menos: “*estabelecer se o benefício é atribuído a todos os administradores ou apenas a certas categorias [(destinatários)], regras mínimas sobre a idade de reforma [(pressupostos)], o período de duração dos mandatos, o grau de invalidez, ou máximas quanto ao valor da reforma, ou os critérios a que deve obedecer o seu cálculo*”⁷⁶.

Este elenco tem sido criticado por certas vozes na nossa Doutrina, como ÂNIA FERREIRA e TERESA FERNANDES, que o consideram demasiado ambicioso e excessivo, nomeadamente no que toca à inclusão de critérios sobre o cálculo da pensão. Para além disso, enquanto outros pontos desfavoráveis à tese mais rigorosa de LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA⁷⁷, consideram irrazoável a sobrecarga dos estatutos e a relativa imutabilidade, inevitável, do “*regime de reforma*” que deles conste: “*cada vez que um dos aspetos das bases gerais quisesse ser alterado, teria de se proceder a uma alteração do contrato social que, em certos casos, se demonstra impraticável*”^{78,79}. É possível, se não mesmo provável, que a maior exigência propugnada por esses Autores se deva, desde logo, ao facto de partirem da premissa da natureza gratuita, portanto

⁷⁴ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 543).

⁷⁵ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 543).

⁷⁶ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 544).

⁷⁷ Que acabámos de expor *supra*.

⁷⁸ Não esqueçamos, quanto às sociedades anónimas, a exigência de maioria qualificada de 2/3 para deliberações sociais de alteração do contrato de sociedade (art. 386.º, n.º 3 do CSC).

⁷⁹ Vd. ÂNIA FERREIRA / TERESA FERNANDES, *op. cit.* (p. 239).

profundamente excecional (e por isso carecendo de exaustiva consagração estatutária), das pensões atribuídas pela sociedade aos administradores.

Ainda assim, não podemos deixar de defender, e tal reiteramos, a necessidade de definição no contrato de sociedade do regime de reforma com um certo (ou antes, mínimo) grau de complexidade, nos moldes propostos *supra*, o que não julgamos, de todo, impraticavelmente laborioso⁸⁰.

O papel do regulamento será, então, o de tratar da aplicação prática conforme parâmetros (já) definidos estatutariamente, como “*estabelecer o regime específico de todas estas bases gerais, mas ainda (...) [aspetos] complementares*”⁸¹, como se são admitidas pensões parciais, ou pontos concretos do cumprimento da correspondente obrigação: início e termo da pensão, meios e prazos de pagamento”⁸². Por outras palavras, cabe ao regulamento desenvolver as bases.

⁸⁰ Bom exemplo disto mesmo são as cláusulas abordadas no **Ac. TRL 19 dez 2013** (vd. Ac. TRL 19 de dezembro de 2013 (TOMÉ RAMIÃO) / Proc. n.º 1706/10.1TVLSB.L1-6, www.dgsi.pt), inclusivamente citado por PAULO OLAVO CUNHA (vd. *op. cit.*, p. 155, ss.). Isto, ressalve-se, descontando as partes referentes a pensões de sobrevivência. O grau de densificação alcançado nesses estatutos é, quanto a nós, bastante satisfatório, para além de desarmar capazmente o argumento da “sobrecarga” dos estatutos. Transcrevemos, a título exemplificativo, o seguinte:

“Artigo 24.º

Direito de reforma

Um – Os membros do Conselho de Administração que, seguida ou interpoladamente, tenham exercido funções na sociedade ou em empresas em relação de Grupo, durante pelo menos dez anos, no decurso dos quais tenham desempenhado pelo menos três mandatos como Administradores, terão direito a uma pensão de reforma equivalente a 3% (três por cento) por cada ano de serviço, calculado na base média dos proveitos auferidos nos últimos três anos, não podendo em caso algum a pensão exceder a última remuneração anual.

Dois – A pensão atribuída será atualizada anualmente, de acordo com o índice oficial de inflação, e o seu pagamento efetuado em duodécimos.

Três – Caso o beneficiário receba alguma pensão oficial de reforma, será esse quantitativo abatido da pensão que tiver direito a receber da sociedade.

(...)

Seis – Os direitos previstos nos números anteriores não se aplicam aos administradores que tenham deixado de exercer os respetivos cargos por virtude de atos ilícitos praticados no exercício das suas funções”.

⁸¹ Não se aniquila, portanto, a “função regulamentar que o n.º 4 do artigo 402.º reconhece à assembleia geral”, como alegaria J. M. COUTINHO DE ABREU (vd. *op. cit.*, 2019, p. 399).

⁸² Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 544).

IV.III. Natureza regulamentar

Diga-se, em bom rigor, que destinar toda a minuciosa construção do regime previdencial corporativo ao “*regulamento de execução*” previsto no n.º 4 do art. 402.º do CSC é deturpar a sua natureza (e função), como não poderia deixar de ser, regulamentar.

O regulamento é, por definição, um diploma que esclarece, densifica e concretiza uma fonte normativa superior, garantindo a sua boa execução. Não será essa também a função do regulamento no contexto do art. 402.º, n.º 4 do CSC: não criar, mas governar a execução de um regime de reforma a cargo da sociedade regular e devidamente consagrado no pacto social? Faz todo o sentido que assim seja⁸³.

IV.IV. Invalidades

Uma cláusula que mais não faça senão habilitar a AG a criar, em qualquer altura, de forma totalmente insindicada e sem base minimamente densificada (quer em sede do contrato de sociedade, quer, no limite, em sede de regulamento de execução), um pretensão “*regime de reforma*” é invariavelmente inválida, como sublinha ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO em anotação ao art. 402.º⁸⁴. Na jurisprudência, este entendimento colhe apoio, nomeadamente, no já referido Ac. STJ 10 mai 2000⁸⁵.

Mas há que precisar exatamente qual é a sanção a aplicar nesse caso, dúvida que, desde logo, o art. 402.º não esclarece de forma expressa. O nosso primeiro instinto poderá ser o de arguir a nulidade, invocável a todo o tempo e por qualquer interessado, de tal cláusula, por desconforme com norma legal imperativa. Reconhecemos que é essa a solução geralmente aceite, e a ela aderimos, entre aqueles que, na Doutrina e jurisprudência nacionais, reconhecem, antes de mais, a existência do problema com que nos batemos, como por exemplo no Ac. do STJ mencionado *supra*.

⁸³ Neste sentido, Ac. STJ 10 mai 2000: “o regulamento a aprovar pela assembleia geral é um regulamento de execução; e de execução necessariamente do regime estabelecido no contrato de sociedade”.

⁸⁴ Vd. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *op. cit.* (p. 982).

⁸⁵ Em sede do qual o STJ decidiu que, como ÁNIA FERREIRA e TERESA FERNANDES parafraseiam, “Este regime (...) tem de compreender não apenas os requisitos necessários que têm de estar preenchidos para a atribuição de pensão de reforma, como também quem são os beneficiários e os limites mínimos e máximos do montante desta” (vd. *op. cit.*, p. 231).

J. M. COUTINHO DE ABREU propõe, em termos que não subscrevemos, enquanto solução a anulabilidade⁸⁶, fruto da falta de qualquer regime previamente estabelecido por via estatutária ou regulamentar. O Autor invoca para o efeito o art. 58.º, n.º 1 do CSC ou, em certos casos, os art. 445.º, n.º 2 e 411.º, n.º 3.

Consideramos pertinente, ainda assim, admitir o equacionamento de uma outra via, propugnada por LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA. Segundo estes Autores, não está em causa, na verdade, uma contrariedade à lei, mas simplesmente uma insuficiente satisfação das exigências por ela impostas⁸⁷. Assim sendo, apelam ao recurso, com as devidas adaptações, a uma solução paralela àquela plasmada no n.º 2 do art. 16.º do CSC: “*A falta de cumprimento do disposto no número anterior torna esses direitos e acordos ineficazes para com a sociedade*”. Fala-se, portanto, da ineficácia de uma cláusula do pacto social quando redigida em moldes tão parcos. Também o faz PAULO OLAVO CUNHA, devendo-se tê-la, para todos os efeitos, por não escrita, “*irrelevante, e juridicamente inexistente*”⁸⁸.

Já no que toca à deliberação social que, apoiada em estatutos deficitários, aprova um “*regulamento de execução*” sem a devida habilitação consagrada no contrato de sociedade (ou seja, sem as devidas bases gerais do “*regime de reforma*”), é, quanto a nós, seguro afirmar que padecerá do mesmo vício que afeta a cláusula que supostamente a suporta – nulidade, por força das al. c) e/ou d) do n.º 1 do art. 56.º do CSC. No mínimo, será totalmente ineficaz, não servindo tal regulamento, de todo, para justificar a assunção pela sociedade, por via do seu colégio de acionistas, de qualquer encargo previdencial. Os próprios titulares dos órgãos de gestão, porventura os administradores potencialmente destinatários desses pretensos sistemas de reforma a cargo da sociedade, têm o dever de não executar deliberações inválidas, podendo incorrer pessoalmente em responsabilidade civil por prejuízos da própria sociedade.

O regulamento aprovado por uma deliberação como a referida *supra* é nulo (e, portanto, não escrito)⁸⁹, uma vez que nasce de uma ingerência dos acionistas em matérias previdenciais, para a quais carecem de competência.

⁸⁶ Vd. J. M. COUTINHO DE ABREU, *op. cit.*, 2010 (pp. 96-97).

⁸⁷ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 546).

⁸⁸ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p. 153).

⁸⁹ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p. 153).

IV. V. Teses contrárias

Finalmente, não podemos ignorar que a posição que, quanto à necessidade de os estatutos consagrarem as bases gerais do “*regime de reforma*”, temos vindo a defender não é de acolhimento unânime. Assumindo uma postura mais liberal, J. M. COUTINHO DE ABREU⁹⁰, por sua vez, e citando o Ac. TRL 20 jan 2005, sustenta que do pacto social não tem de constar necessariamente qualquer tipo de bases gerais nos moldes que já explicámos, pelo que a cláusula estatutária em questão pode tão só consagrar, em termos latos, o direito à reforma ou a possibilidade de a AG vir a deliberar conceder tal vantagem. A atuação, aqui, do pacto social resumir-se-ia a estabelecer a “*competência objetiva e subjetiva*”^{91 92}. Isto, claro está, se de facto se viesse a criar um regulamento: se não, não podemos admitir a total omissão de um “*regime de reforma*”, pelo que, à falta de outra via, este deverá constar dos estatutos da sociedade.

Assim, na opinião do Autor, “*o estatuto (pode, mas) não tem de conter toda essa disciplina das reformas*”⁹³, alertando para, nessa eventualidade, o perigo de esgotamento (ou, pelo menos, de drástica redução) da potencial utilidade do regulamento e manifestando-se contra um entendimento restritivo do regulamento de execução “*como norma crassamente interpretativa e/ou procedimental; pode ser integrativo, complementar ou mesmo «independente»*”^{94 95}.

⁹⁰ Vd. J. M. COUTINHO DE ABREU, *op. cit.*, 2019 (pp. 399-400).

⁹¹ Vd. J. M. COUTINHO DE ABREU, *Sobre os regulamentos administrativos e o princípio da legalidade*, Almedina, Coimbra, 1987 (p. 78).

⁹² Esta competência subjetiva pertence, forçosamente, à AG ou, quando aplicável, ao CGS, enquanto a competência objetiva se refere a matérias previdenciais.

⁹³ Vd. J. M. COUTINHO DE ABREU, *op. cit.*, 2019 (p. 399).

⁹⁴ Vd. J. M. COUTINHO DE ABREU, *op. cit.*, 2019 (p. 400).

⁹⁵ Para tal, o Autor reflete, evocando temas de Direito Público, sobre o regulamento administrativo e a relação deste com a lei. Menciona, para o efeito, AFONSO QUEIRÓ e a sua formulação das funções do regulamento administrativo. Não só necessariamente interpretativo, definindo o procedimento e a organização do que já está definido na lei (para o que nos interessa, no contrato de sociedade), o regulamento administrativo pode ser integrativo, especificando e esclarecendo os “*pressupostos de facto contidos nas leis*” (vd. J. M. COUTINHO DE ABREU, *op. cit.*, 1987, p. 59), ou até independente (“*estes já não recebem das leis determinados conteúdos-disciplinas para regulamentar, antes são eles que estabelecem, originariamente e com amplos poderes de conformação material, o regime, a disciplina de certas relações jurídicas*” – vd. J. M. COUTINHO DE ABREU, *op. cit.*, 1987, p. 78). O mesmo valerá, segundo o Autor, para o “*regulamento de execução*” mencionado no n.º 4 do art. 402.º do CSC, não havendo, a seu ver, qualquer razão para o entendermos dogmaticamente como meramente interpretativo ou, no máximo, integrativo. O próprio regulamento pode legitimamente traçar toda a disciplina do direito à reforma, desde que o pacto social o preveja.

ÂNIA FERREIRA e TERESA FERNANDES subscrevem a tese de J. M. COUTINHO DE ABREU e não encontram nela, como fazem LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, qualquer prejuízo à segurança jurídica dos *stakeholders* em geral. As Autoras explicam que a mera previsão estatutária do direito à reforma nunca significa prescindir de um “*regulamento de execução*”, ou seja, o “*regime de reforma*”, em sede estatutária ou não, obtém sempre, de uma forma ou de outra, a devida densificação. Ademais, “*Quem tiver interesse em averiguar o conteúdo dos direitos atribuídos especificamente aos administradores fica advertido da sua hipotética existência através do estatuto, o que o irá encaminhar para a consulta do regulamento*”. Não está de todo em causa, segundo esta lógica, um incentivo ao subterfúgio no que concerne à disponibilização (ou não) desta informação a terceiros, que não se veem privados de a obter, pelo menos não absolutamente.

V. Extinção e modificação. Contratos de seguro

Para a análise das questões que trataremos neste capítulo, partimos do n.º 3 do art. 402.º do CSC: *“O direito dos administradores a pensões de reforma ou complementares cessa no momento em que a sociedade se extinguir, podendo, no entanto, esta realizar à sua custa contratos de seguro contra este risco, no interesse dos beneficiários”*.

V.I. Cessação natural

Cumprе realçar, por tal não resultar explícito do preceito supratranscrito, que, como é lógico, as reformas a cargo da sociedade se extinguem naturalmente por ocasião do falecimento do administrador que delas beneficia. Questão diferente é a de eventuais pensões de sobrevivência e afins, tópico que já abordámos.

V.II. Cessação por extinção da sociedade

O art. 402.º, n.º 3 revela expressamente uma causa de cessação do direito dos administradores à reforma, ou, por outras palavras, de cessação da obrigação de pagar a pensão de reforma. Falamos, a este propósito, da extinção da sociedade.

Como sabemos, e por força do n.º 2 do art. 160.º do CSC, a extinção concretiza-se aquando do registo da liquidação da sociedade. Futuros encargos previdenciais não transitam, finda a liquidação, para os acionistas partilhantes do património restante, que no entanto respondem, claro está, até ao montante que receberam na partilha pelo passivo social (incluindo pensões) pendente (devido, mas não satisfeito), desde que anterior à liquidação (cfr. art. 163.º, n.º 1 do CSC⁹⁶).

⁹⁶ Atenção: *“sem prejuízo do disposto quanto a sócios de responsabilidade ilimitada”*.

V.II.I. O caso da fusão

LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA⁹⁷ questionam pertinentemente o que acontece aos planos de reforma dos administradores vigentes numa dada sociedade anónima por ocasião da fusão, caso *sui generis* de extinção da sociedade.

De facto, sabemos por efeito do art. 112.º, al. a) do CSC que a fusão (em bom rigor, o registo da fusão) significa a extinção das sociedades no que toca, no contexto deste tipo de operações, às sociedades incorporadas, em certos casos, e às sociedades fundidas com vista à constituição de uma nova sociedade⁹⁸, noutros tantos. No entanto, a mesma disposição legal, agora na sua parte final, acautela a transmissão de todos e quaisquer direitos e obrigações das referidas sociedades para, respetivamente, a sociedade incorporante ou a nova sociedade, que subentram nas posições jurídicas em causa.

Não encontramos obstáculos, sendo já esse o entendimento generalizado na Doutrina, a que o direito de reforma se inclua nesta gama de posições jurídicas que transitam entre sociedades por obra da fusão. Ou seja, se no momento da fusão o direito à reforma já existia, válida e regularmente constituído, no seio de uma destas sociedades, então tal obrigação cabe, pós-fusão, à sociedade incorporante ou à nova sociedade, conforme o caso.

Parece-nos, então, líquido que a sociedade incorporante ou a nova sociedade assuma após a fusão o pagamento das pensões de reforma já concedidas e devidas pelas sociedades extintas aos seus administradores aposentados⁹⁹.

Menos líquido será, porém, determinar o que acontece quando, como consequência da fusão, a sociedade incorporante ou a nova sociedade integram nessa qualidade administradores (reiteramos, no ativo) vindos da sociedade incorporada ou das sociedades antigas. Terão estes administradores algum tipo de expectativa jurídica tutelável de que um dia lhes seja concedida uma pensão de reforma, nos termos do art.

⁹⁷ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (pp. 553-554).

⁹⁸ Neste caso, não se trata de uma extinção no sentido mais próprio (ou técnico) do termo, antes estando em causa, na verdade, uma transformação. Mas entendemos, no entanto, o recurso à extinção para na prática ilustrar a perda de individualidade jurídica da sociedade fundida perante a sua integração na nova sociedade agora constituída.

⁹⁹ Neste sentido, vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (p. 553).

402.º do CSC, nos moldes originariamente previstos na sociedade, agora extinta, de que provinham? Subscrevemos a solução, que a nosso ver faz todo o sentido, oferecida por CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA¹⁰⁰: se os pressupostos, à data da extinção da sociedade, já estivessem preenchidos para um desses administradores auferir pensão de reforma à luz da política previdencial da sua sociedade “de origem” (onde tal direito foi adquirido), então terá direito a recebê-la nesses termos, independentemente da fusão; se não, não poderá beneficiar desse regime, que para efeitos deste caso se extinguiu com a sociedade, mas poderá certamente beneficiar do regime de reforma, se algum existir, da sociedade incorporante ou da nova sociedade em função dos seus requisitos de atribuição (verificados só, na falta de regulação específica em sentido contrário, a partir do início de funções enquanto administrador da sociedade incorporante ou da nova sociedade).

V.III. Contratos de seguro

A lei permite, apesar de tudo, que, a respeito do direito à reforma, se acautele o risco de extinção da sociedade (por sua dissolução ou liquidação), minorando as consequências da efetiva concretização dessa eventualidade. Isto, e facilmente o compreendemos, com vista a preservar o sistema previdencial corporativo e, assim, assegurar a continuidade das pensões legitimamente constituídas a favor de administradores aposentados.

Para o efeito, e por força do n.º 3 do art. 402.º do CSC, opera a transferência para a entidade seguradora da obrigação de pagamento das pensões aos administradores beneficiários após a extinção da sociedade, “*autonomizando-se do quadro societário e mantendo-se mesmo quando a sociedade sofre uma vicissitude insanável, cessando a sua atividade*”¹⁰¹.

Torna-se novamente relevante avaliar o impacto de um tratamento estatutário inexistente ou lacunoso destes temas, agora sobre eventual contrato de seguro que cubra

¹⁰⁰ Vd. LUÍS CARVALHO FERNANDES / JOÃO LABAREDA, *op. cit.* (pp. 553-554).

¹⁰¹ Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p.159).

a pensão de reforma de um administrador. Cremos que, nesse caso, tal contrato padece do mesmo vício que afeta o seu pretense substrato.

Afirmando-se de entre a maioria generalizada que advoga a invalidade de tais contratos, por manifestamente alheios à capacidade das sociedades para lá da permissão oferecida pelo art. 402.º, n.º 3, PAULO OLAVO CUNHA¹⁰² sugere, mais concretamente, a aplicação do art. 397.º e, portanto, a sua nulidade enquanto negócio com a sociedade.

V.IV. Modificação

Reflitamos agora sobre a possibilidade de manipulação estatutária para mais tarde alterar, nomeadamente reduzindo-o, ou mesmo extinguir, revogando-o, o regime de reforma previamente estabelecido no pacto social.

Difícilmente será admissível que tal possa ocorrer, insindicada e livremente, mediante atuação unilateral da sociedade (ou seja, sem acordo com o administrador em causa). Já ADRIANO VAZ SERRA considerava que uma redução unilateral da remuneração constituiria, abusivamente, uma frustração das expectativas dos administradores, *“pois estes podem ter aceitado os seus cargos no pressuposto de lhes estarem assegurados os proventos fixados pela assembleia geral”*.

Fará, portanto, segundo essa mesma lógica, sentido distinguir as situações em que a modificação da remuneração, ou, no nosso caso, da reforma afasta um regime estatutário já estabelecido aquando da assunção das funções de gerência daquelas situações em que o regime apenas surgiu posteriormente ou em que, já existindo, se aproveita de mecanismos de correção como uma expressa previsão estatutária da possibilidade de redução ou extinção do direito à reforma¹⁰³.

Na primeira das hipóteses apresentadas *supra*, consideramos que, na ausência do consentimento do administrador aposentado, os direitos consagrados no pacto social deverão ser respeitados. O regime de reforma vigente no momento em que o administrador tomou posse pode muito bem ter constituído fator decisivo, tese já exposta,

¹⁰² Vd. PAULO OLAVO CUNHA, *op. cit.* (p.159).

¹⁰³ Imaginemos, por exemplo, prever-se a revisão anual do valor das pensões de reforma.

para a opção de assumir tais funções. A frustração ou incumprimento desses direitos poderá abrir portas para a legítima cessação de funções do administrador afetado com causa imputável à sociedade.

Já no segundo grupo de hipóteses propostas, entendemos que um retrocesso por parte da sociedade, reduzindo os valores da pensão oferecida ou mesmo revogando-a completamente, é possível. Vejamos: quando o administrador assume funções, ou o direito de reforma, posteriormente instituído, não constava ainda dos estatutos, pelo que a ele não teria qualquer direito, efetivo ou esperado, (cfr. art. 402.º, n.º 1, CSC), ou então já constava, mas acompanhado de ressalvas estatutárias consagrando expressamente a sua modificabilidade, pelo que essa possibilidade deveria já ser expectável para o administrador em questão.

Uma alteração que, diferentemente, consubstancie um aumento da pensão recebida pelo administrador aposentado, mesmo que unilateralmente levada a cabo pela sociedade sem consulta do beneficiário, não nos parece problemática, desde logo porque a hipotética oposição do administrador é logicamente, nesse caso, pouco provável. Assim advogava, antes mesmo do CSC, ANTÓNIO CAEIRO¹⁰⁴.

V.V. Extinção por responsabilidade civil do administrador?

É interessante equacionar a possibilidade de extinção (unilateral) do direito de reforma em caso de responsabilidade civil societária, nos termos dos art. 72.º, ss. do CSC e, subsidiariamente, dos art. 473.º, ss. do CC. Falamos de responsabilidade orgânica dos membros do conselho de administração, incorrida pelo administrador, “*por atos ou omissões praticados com preterição dos deveres legais ou contratuais*”, durante o exercício de funções e conhecida só quando este, após a cessação das mesmas, já beneficia de regime de reforma a cargo da sociedade. Isto, obviamente, sem prejuízo de eventual exclusão de responsabilidade se “*provarem que procederam sem culpa*” (cfr. art. 72.º, n.º 1 do CSC) ou fruto da ponderação da *business judgment rule* (cfr. art. 72.º, n.º 2 do CSC).

¹⁰⁴ Vd. ANTÓNIO CAEIRO, *Temas de Direito das Sociedades*, Almedina, Coimbra, 1984 (p. 421, ss.).

De facto, bem sabemos que esta responsabilidade gera, para além do direito da sociedade a ser indemnizada pelos danos sofridos, também, conforme o n.º 4 do art. 403.º do CSC, justa causa de destituição dos administradores responsabilizados. Deverá significar, para além disso, por analogia, a extinção do direito à previdência corporativa de cada um desses administradores? É uma questão discutível. Idealmente, tal solução resultaria diretamente do texto legal, o que não acontece, pelo que é recomendável que, caso a sociedade pretenda adotá-la, esta venha prevista expressamente no pacto social.

De qualquer forma, poderia a sociedade, com base na responsabilidade do administrador, recorrer ao instituto do enriquecimento sem causa, tal como previsto no art. 473.º do CC, com vista a forçar o administrador à restituição d' "*aquilo com que injustamente se locupletou*", no nosso caso, da reforma que indevidamente auferiu? Dada a natureza subsidiária deste instituto, tal como explicitado no n.º 2 do referido art. 473.º, só podemos lançar mão dele quando a lei não facultar ao empobrecido outra alternativa viável de indemnização ou restituição. Por esta razão, concluímos que, em caso de responsabilidade civil do administrador de sociedade anónima, só é possível empregar esta figura quando o recurso ao regime dos art. 72.º, ss do CSC se revele impossível ou, pelo menos, insuficiente.

V.VI. Peso da situação financeira da sociedade

Qual o peso, no âmbito destas matérias, das finanças sociais? Será legítima a unilateral redução ou, no limite, extinção do regime de reforma de todos os administradores se a sociedade se encontrar em sérias dificuldades financeiras¹⁰⁵? Se entendermos a pensão de reforma a cargo da sociedade como componente *proprio sensu* da remuneração do administrador, opinião que não subscrevemos, então a sua atribuição, ou não, já deve acarretar uma necessária avaliação da efetiva "*situação económica da sociedade*" (cfr. art. 399.º, n.º 1 do CSC). No entanto, trata-se de um juízo apriorístico. Significa isso que a remuneração (em geral) e, para o que nos interessa, a reforma

¹⁰⁵ Há quem sugira, alternativamente, o recurso ao art. 437.º do CC, invocando a alteração das circunstâncias, por agravamento da liquidez da sociedade, que, à data da sua inscrição no pacto social, pautaram a fixação dos valores concretos do regime de reforma dos administradores. Em sentido contrário, nomeadamente, o **Ac. TRC 5 nov 2013** (vd. **Ac. TRC 5 de novembro de 2013** (JOSÉ AVELINO GONÇALVES) / Proc. n.º 1167/10.5TBACB-E.C1, www.dgsi.pt).

assumem, após inicialmente estabelecidas, valores invariavelmente fixos e absolutamente estanques?

Um possível meio de contornar esta aparente limitação é o de admitir a aplicação analógica do n.º 3 do art. 440.º, concernente à remuneração dos membros do CGS, onde se prevê expressamente a possibilidade de, a qualquer momento, a AG alterar a remuneração, aumentando-a ou reduzindo-a, em função dos critérios norteadores constantes do n.º 2 do mesmo artigo (partilhados, por sinal, com o n.º 1 do art. 399.º), como a “*situação económica da sociedade*”¹⁰⁶. Apesar, objetivamente, da considerável diferença, no plano societário, entre os órgãos de administração (como o conselho de administração) e de fiscalização (como o CGS, que, ainda assim, pela sua ambiguidade¹⁰⁷, não é o melhor exemplo), esta é uma solução analógica com que simpatizamos, à semelhança da grande maioria da nossa Doutrina¹⁰⁸, e que conseguimos conceber como extensível às pensões de reforma dos administradores¹⁰⁹.

Ponderando, por outro lado, a possibilidade de modificação por decisão judicial do *quantum* atribuído pela sociedade a título de reforma, há ainda quem¹¹⁰ advogue o apelo analógico não à norma apresentada *supra*, mas ao (algo) semelhante art. 255.º, n.º 2 do CSC (disposição prevista, sublinhe-se, para as sociedades por quotas) a propósito da remuneração da gerência: uma redução das remunerações não consentida pelo beneficiário só poderá, à partida, ocorrer “*quando forem gravemente desproporcionadas quer ao trabalho prestado quer à situação da sociedade*”¹¹¹ e necessariamente por via judicial (“*pelo tribunal, a requerimento de qualquer sócio, em processo de inquérito judicial*”). Esta via parece-nos, ainda assim, mais dificilmente admissível do que a

¹⁰⁶ Solução legal, tratando-se justamente de norma respeitante a um órgão de modelo germânico de orgânica societária, provavelmente inspirada no Direito alemão, especificamente no § 87, parágrafo 2.2, AktG (que introduz adicionalmente um limite temporal para a redução das pensões dos administradores, operação apenas possível nos três anos subsequentes à aposentação).

¹⁰⁷ Cfr., por exemplo, o art. 442.º, n.º 1 do CSC.

¹⁰⁸ Nomeadamente, PAULO DE TARSO DOMINGUES (vd. *op. cit.*, p. 21).

¹⁰⁹ Para além da sua remuneração, na qual liminarmente não enquadrámos, como já sublinhámos bastante ao longo do presente estudo, as pensões de reforma dos administradores das sociedades anónimas conforme consagradas no art. 402.º do CSC.

¹¹⁰ Nomeadamente, J. M. COUTINHO DE ABREU (vd. *op. cit.*, 2010, p. 94, ss.).

¹¹¹ ADRIANO VAZ SERRA (vd. «Comentário ao Acórdão do STJ de 15 de junho de 1978», *Revista de Legislação e Jurisprudência*, 112.º ano (1979-1980), n.º 3634-3657, Coimbra Editora, Coimbra, 1980, p. 57) refere, em geral, situações de “*nulidade de negócios jurídicos ofensivos dos bons costumes (...) e da boa-fé*”, inspirando-se para tal na Doutrina germânica que, por sua vez, falava de circunstâncias atentatórias da boa-fé e, em concreto, da sustentabilidade da sociedade.

anterior, requerendo uma interpretação mais liberal da lei e uma justificação mais laboriosa.

V.VII. Renúncia

Questão completamente diferente daquelas que temos vindo, neste capítulo, a analisar é a de um outro tipo de extinção unilateral do direito à reforma dos administradores.

A verdade é que, por hipótese, pode ser o próprio administrador, individualmente considerado, a tomar essa iniciativa, mediante renúncia. É, no entanto, aconselhável para a sociedade, para efeitos da sua própria segurança jurídica, obter uma declaração atestando o seu carácter definitivo.

Conclusão

É a nossa sincera esperança, chegados ao término deste nosso estudo, ter com algum grau de profundidade e rigor exposto a intrincada temática do direito de reforma dos administradores das sociedades anónimas, o que nem por isso significa, importa não esquecer, declarar a sua categórica isenção de dúvidas e interrogações, que desde sempre marcaram a discussão destas realidades e ainda hoje persistem. Algumas questões permanecem, como aliás já sabíamos de antemão, controversas, não sendo por mero acaso que geram dissenso entre os mais eminentes segmentos da Doutrina nacional.

Passemos, então, em termos simplificados e de um ponto de visto prático, a esquematizar os pontos-chave a reter que da nossa exposição destacamos:

- Ponto de viragem em 1986, com a introdução do CSC e, com ele, do seu art. 402.º, versando especificamente sobre a reforma dos administradores das sociedades anónimas. A norma legal vinha refletir o que já se discutia na Doutrina e jurisprudência nacionais, motivada pela insuficiência dos esquemas previdenciais públicos quando aplicados às concretas vicissitudes inerentes ao contexto dos administradores das sociedades comerciais.
- Tradicional debate em torno da sua qualificação, ou não, como liberalidade, e, assim, em torno do seu carácter gratuito, ou não. Independentemente desta discussão, questionando a contrariedade, ou não, destes esquemas ao próprio fim lucrativo da sociedade, é de qualquer forma indiscutível que a atribuição de pensões de reforma por sociedades anónimas vem já expressamente prevista e autorizada no CSC. Para além disso, é cada vez mais consensual o entendimento no sentido de ser perfeitamente coadunável com o fim e a capacidade das sociedades, o que já não acontece com as pensões de sobrevivência a favor do cônjuge sobrevivente do ex-administrador, prestações verdadeiramente gratuitas e realidade alheia àquela acolhida no art. 402.º.

- Futilidade prática da reflexão sobre a inclusão, ou não, da reforma no conceito jussocietário de remuneração, à partida afastada por força de um argumento sistemático (intercalação de temas de cessação de funções entre o 399.º e o 402.º) e de qualquer forma irrelevante em virtude do regime fundamentalmente distinto que para a reforma dos administradores se institui especificamente, incompatível em termos de competência e solenidade.
- Obrigatoriedade de previsão estatutária do conteúdo mínimo necessário (desde logo: destinatários, pressupostos, valores e critérios de cálculos) do regime de reforma dos administradores que vier a ser instituído pela sociedade, condição *sine qua non* para a válida atribuição de pensões a seu cargo.
- “*Complementos de pensão de reforma*” do n.º 2 não enquanto prestação autónoma daquela que seria atribuída à luz do n.º 1, mas enquanto mera constatação do atual papel (justamente complementar) das pensões atribuídas pela sociedade em relação àquela recebida no quadro da Segurança Social.
- Aplicação lógica do limite quantitativo introduzido no n.º 2 ao *quantum* de toda e qualquer prestação previdencial suportada pela sociedade, solução tendencialmente reconhecida até pelos defensores da autonomia concetual entre si das realidades apresentadas nos dois primeiros números do art. 402.º. O cálculo é efetuado sobre o montante global de que o ex-administrador beneficia a título de reforma pelo pretérito exercício de funções de administração numa dada sociedade, quer fruto de esquemas previdenciais estabelecidos por essa mesma sociedade, quer fruto de esquemas públicos.
- “*Regulamento de execução*” do n.º 4 como concretização e densificação das bases gerais já capazmente estabelecidas nos estatutos, para além de instrumento de desenvolvimento de outros aspetos complementares. A recondução pura e simples da criação de todo o regime de reforma corporativo para o regulamento mediante uma vazia remissão estatutária é insuficiente para sustentar a válida atribuição

pela sociedade deste tipo de prestações, somente admissíveis mediante o rigoroso aproveitamento do regime excecional apresentado no art. 402.º do CSC.

- Cessação do pagamento da pensão pela sociedade por ocasião da sua extinção, do falecimento do beneficiário ou da renúncia por parte deste. Quanto à extinção da sociedade, em particular, o n.º 3 prevê expressamente a possibilidade de transferência da obrigação de pagamento da pensão nesta eventualidade para uma entidade seguradora.
- Livre modificação do regime de reforma a cargo da sociedade pela sociedade sem o consentimento do administrador que assume funções quando o regime ainda não estava em vigor, tendo entretanto surgido, ou quando o regime já estava estabelecido mas previa expressamente mecanismos de correção nesse sentido.

Ainda que possamos encarar como óbvia uma dada interpretação deste preceito, nomeadamente aquelas ilustradas *supra* e que aqui assumidamente subscrevemos, não podemos ignorar a incerteza jurídica que o envolve. A letra do art. 402.º, aparentemente simples, deixa margem para inúmeras dúvidas práticas, devidamente expostas ao longo deste estudo, que invariavelmente redundam numa forte dependência nos esforços elucidativos levados a cabo pela Doutrina, frequentemente fragmentada em virtude de interpretações fundamentalmente divergentes, culminando em decisões judiciais inconstantes e numa prática estatutária extremamente deficitária (e, por conseguinte, na sistemática instituição de esquemas previdenciais corporativos, a nosso ver, manifestamente inválidos).

Concluimos, por mais rudimentar e idealista que seja tal proposta de solução dos problemas e interrogações que parecem atormentar qualquer aspeto destas matérias, afigurar-se recomendável a revisão do art. 402.º do CSC, por forma a clarificar definitivamente os conceitos nele empregues. Seria uma ótima oportunidade para igualmente criar neste artigo uma disciplina expressa e específica quanto à modificação e extinção das pensões de reforma, designadamente no que diz respeito à ponderação, para esses efeitos, da situação económica da sociedade e da responsabilidade civil dos administradores.

Bibliografia

AA. VV. – *Code des Sociétés et des Marchés Financiers*, 30.^a ed., Dalloz, Paris, 2013

AA. VV. – *Código das Sociedades Comerciais anotado* (coord. de A. Menezes Cordeiro), 2.^a ed. (reimpressão), Almedina, Coimbra, 2014

AA. VV. – *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (coord. de J. M. Coutinho de Abreu), Vol. VI (Artigos 373.º a 480.º), 2.^a ed., IDET/Almedina, Coimbra, 2019

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de –

- *Sobre os regulamentos administrativos e o princípio da legalidade*, Almedina, Coimbra, 1987
- *Governança das sociedades comerciais*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2010
- «Remuneração dos administradores e transações com partes relacionadas na Diretiva dos Direitos dos Acionistas», *Direito das Sociedades em Revista*, Ano 10, Vol. 19, Almedina, Coimbra, 2018
- *Curso de Direito Comercial*, Vol. I – *Introdução, Atos de Comércio, Comerciantes, Empresas, Sinais Distintivos*, 12.^a ed., Almedina, Coimbra, 2019
- *Curso de Direito Comercial*, Vol. II – *Das Sociedades*, 6.^a ed., Almedina, Coimbra, 2019

ALMEIDA, António Pereira de – *Sociedades Comerciais, Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Mercados*, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2013

ARMOUR, John / ENRIQUES, Luca / HANSMANN, Henry / KRAAKMEN, Reinier - «The Basic Governance Structure: The Interests of Shareholders as a Class», *The Anatomy of Corporate Law, A Comparative and Functional Approach*, 2.^a ed., Oxford University Press, Nova Iorque, 2009

BATISTA, Mónica - «Reforma dos Administradores das Sociedades Anónimas», Coimbra, 2014

CAEIRO, António – *Temas de Direito das Sociedades*, Almedina, Coimbra, 1984

CAHN, Andreas / Donald, David C. – *Comparative Company Law, Text and Cases on the Laws Governing Corporations in Germany, the UK and the USA*, Cambridge University Press, Cambridge, 2010

CÂMARA, Paulo – «A comissão de remunerações», *Revista de Direito das Sociedades*, Ano III (2011) – Vol. I, Almedina, Coimbra, 2011

COELHO, Eduardo Lucas – «Pontos críticos do Código das Sociedades Comerciais na Jurisprudência», *Nos 20 Anos do Código das Sociedades Comerciais* (Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier), Vol. I – *Congresso Empresas e Sociedades*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008

CORDEIRO, António Menezes –

- *Direito das Sociedades I – Parte Geral*, 3.^a ed. (reimpressão), Almedina, Coimbra, 2016
- *Direito das Sociedades II – Das sociedades em especial*, 2.^a ed. (reimpressão), Almedina, Coimbra, 2017

CORREIA, António Ferrer / Caeiro, António – «Modificações do objecto social e sua especificação nos estatutos; aumento do capital a deliberar pelo conselho de administração; previdência dos administradores», *Revista de Direito e Economia*, Anos VI/VII (1980/1981), Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos, Coimbra, 1981

CORREIA, Luís Brito – *Os administradores de Sociedades Anónimas*, Almedina, Coimbra, 1993

CUNHA, Paulo Olavo –

- «Reforma e pensão dos administradores (a cargo da sociedade administrada)», *Estudos dedicados ao Professor Doutor Bernardo da Gama Lobo Xavier*, vol. III, 2015
- *Direito das Sociedades Comerciais*, 7.^a ed., Almedina, Coimbra, 2019

DAVIES, Paul L. – *Gower And Davies: The Principles of Modern Company Law*, 8.^a ed., Sweet & Maxwell, Londres, 2010

DIGNAM, Alan / LOWRY, John – *Company Law*, 6.^a ed., Oxford University Press, Nova Iorque, 2010

DOMINGUES, Paulo Tarso – «A reforma dos administradores», *I Colóquio Internacional sobre o Regime Jurídico da Administração das Sociedades*, Almedina, Coimbra, 2014

FERNANDES, Luís A. Carvalho / LABAREDA, João - «Do regime jurídico do direito à reforma dos administradores a cargo das sociedades anónimas», *Revista de Direito das Sociedades*, Ano II (2010) – Vol. III/IV, Almedina, Coimbra, 2011

FERREIRA, Ânia / FERNANDES, Teresa – «Estudo sobre a atribuição de pensões e suplementos de reforma aos administradores das sociedades anónimas», *Direito das Sociedades em Revista*, Ano 5, Vol. 9, Almedina, Coimbra, 2013

GARCÍA, Manuel Antonio Dominguez - «Retribución de los Administradores de las Sociedades Cotizadas», *Derecho de Sociedades Anónimas Cotizadas (Estructura de Gobierno y Mercados)*, Vol. II, 1.^a ed., Editorial Aranzadi, 2006

GUYON, Yves - «Note – Validité de la Pension de Retraite Complémentaire Accordée par le Conseil d'Administration à son Président», *Revue des Sociétés*, Dalloz, Paris

LE CANNU, Paul - *Codes des Sociétés et des Marchés Financiers*, Dalloz, Paris, 2002

MERLE, Philippe (c/ colaboração de FAUCHON, Anne) – *Droit Commercial, Sociétés Commerciales*, 9.^a ed., Dalloz, Paris, 2003

MONTEIRO, Henrique Salinas - «Critério de Distinção entre a Anulabilidade e a Nulidade das Deliberações Sociais no Código das Sociedades Comerciais», *Direito e Justiça*, Vol. VIII, t. 2, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1994

NOVAIS, Jorge Reis - «O direito fundamental à pensão de reforma em situação de emergência financeira», *E-Pública – Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 1, 2014

PARIENTE, Maggy - «Validité de la suppression par le conseil d'administration d'un complément de retraite attribué au président du conseil d'administration et réversible à son conjoint survivant», *Droit 21* (2000 – ER 007), Transactive (Grupo Thomson Reuters), Paris, 2001

RIBEIRO, Maria de Fátima – «Os modelos de remuneração dos membros dos órgãos de administração das sociedades comerciais e as comissões de remuneração», *Para Jorge Leite – Escritos Jurídico-Laborais*, Vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2015

RODRIGUES, Ilídio Duarte – *A administração das sociedades por quotas e anónimas – Organização e estatuto dos administradores*, Petrony, Lisboa, 1990

SERRA, Adriano Vaz - «Comentário ao Acórdão do STJ de 15 de junho de 1978», *Revista de Legislação e Jurisprudência*, 112.º ano (1979-1980), n.º 3634-3657, Coimbra Editora, Coimbra, 1980

VENDEUIL, Sylvie de / BEAUFRE Séverine - «La Pension de Retraite du Dirigeant Social d'une Société Anonyme», *La Semaine Juridique – Enterprise et Affaires* (JCP E), n.º 49, LexisNexis – JurisClasseur, 2000

WILD, Charles / WEINSTEIN, Stuart – *Smith & Keenan's Company Law*, 16.ª ed., Pearson, Londres, 2014

XAVIER, Bernardo da Gama Lobo – «As pensões de reforma e a segurança social dos administradores e doutros membros dos órgãos das sociedades (artigo 402.º do Código das Sociedades Comerciais)», *Revista de Direito das Sociedades*, Ano VII (2015) – Vol. III/IV, Almedina, Coimbra, 2016

Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Ac. STJ 13 de março de 1986 (SOLANO VIANA) / Proc. n.º 073081, www.dgsi.pt
- Ac. STJ 15 de janeiro de 1991 (BROCHADO BRANDÃO) / Proc. n.º 079574, www.dgsi.pt
- Ac. STJ 24 de abril de 1995, *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 446 (1995), p. 317
- Ac. STJ 10 de maio de 2000 (FRANCISCO LOURENÇO), *CJ-STJ*, ano VIII, t. II, 2000, pp. 52-54
- Ac. STJ 14 de junho de 2005 (REIS FIGUEIRA), *Revista* n.º 1229/05 – 1.^a Secção, *Sumários*
- Ac. STJ 29 de novembro de 2005 (REIS FIGUEIRA), *CJ-STJ*, ano XIII, t. III, 2005, p. 140-143
- Ac. STJ 1 de março de 2007 (JOÃO CAMILO) / Proc. n.º 07A080, www.dgsi.pt
- Ac. STJ 2 de dezembro de 2014

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

- Ac. TRC 2 de novembro de 1999 (EDUARDO ANTUNES) / Proc. n.º 2016/99, www.dgsi.pt

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

- Ac. TRG 19 de outubro de 2017 (PEDRO DAMIÃO E CUNHA) / Proc. n.º 3396/14.3T8GMR-G2, www.dgsi.pt
- Ac. TRG 10 de janeiro de 2019 (JOSÉ FERNANDO CARDOSO AMARAL) / Proc. n.º 3507/15.1T8GMR.G2, www.dgsi.pt

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

- Ac. TRL 20 de janeiro de 2005 (TIBÉRIO SILVA), *Coletânea de Jurisprudência*, ano XXX, t. I, 2005, pp. 78-83
- Ac. TRL 8 de junho de 2011 (JOSÉ FETEIRA) / Proc. n.º 111/07.1TTLSB.L1-4, www.dgsi.pt
- Ac. TRL 19 de dezembro de 2013 (TOMÉ RAMIÃO) / Proc. n.º 1706/10.1TVLSB.L1-6, www.dgsi.pt
- Ac. TRL 4 de fevereiro de 2014 (MARIA DA CONCEIÇÃO SAAVEDRA) / Proc. n.º 500/12.0TVLSB.L1-7, www.dgsi.pt
- Ac. TRL 24 de junho de 2014 (MARIA DA CONCEIÇÃO SAAVEDRA) / Proc. n.º 1700/10.2TVLSB-B.L1-7, www.dgsi.pt
- Ac. TRL 07 de dezembro de 2016 (VAZ GOMES) / Proc. n.º 325/13.5TVLS.L2-2, www.dgsi.pt
- Ac. TRL 28 de fevereiro de 2019 (ANABELA CALAFATE) / Proc. n.º 12417/18.0T8LSB.L1-6, www.dgsi.pt

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO

- Ac. TRP 23 de janeiro de 1979 (SENRA MALGUEIRO) / Proc. n.º 0012487, www.dgsi.pt
- Ac. TRP 12 de julho de 1984 (GOES PINHEIRO), *Coletânea de Jurisprudência*, ano VI, t. IV, 1984, pp. 201-203
- Ac. TRP 1 de fevereiro de 1990 (LÚCIO TEIXEIRA) / Proc. n.º 0408450, www.dgsi.pt